

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL- UNIJUÍ**

**DEPARTAMENTO DE HUMANIDADES E EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

EDUARDA LECHNER

**A EDUCAÇÃO (BRASILEIRA) EM TUPARENDI - RS ANTES E DEPOIS
DA VIRADA DO SÉCULO: PERCEPÇÕES DE PROFESSORAS.**

Santa Rosa/RS

2020

EDUARDA LECHNER

**A EDUCAÇÃO (BRASILEIRA) EM TUPARENDI - RS ANTES E DEPOIS
DA VIRADA DO SÉCULO: PERCEPÇÕES DE PROFESSORAS.**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à
Universidade Regional do Noroeste do Estado
do Rio Grande do Sul – UNIJUI - Departamento
de Humanidades e Educação no curso de
Pedagogia como requisito parcial a obtenção
do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Professor Josei Fernandes Pereira

Santa Rosa/RS

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por ter me dado a dádiva da vida, por ter escutado minhas preces e orações nos momentos mais difíceis da minha jornada neste mundo, por sempre me fazer enxergar o lado positivo dos problemas e nunca desistir dos meus sonhos.

A todas as pessoas da minha família, mãe, pai, vó e vô, que sempre me incentivaram, apoiaram e deram força para eu seguir em frente. Mas um agradecimento mais que especial vai para a minha mãe Adriane, que nunca desistiu de mim, sempre acreditou no meu potencial, na minha inteligência, sempre me dizendo para seguir em frente e erguer a cabeça.

A Unijuí e ao professor Josei por terem me proporcionado grandes aprendizados durante estes quatro anos e meio de graduação. A Unijuí por ter me permitido conhecer pessoas incríveis com as quais aprendi, fiz amizades e me inspirei para ser uma prof.^a e pessoa melhor. E ao professor Josei, o qual me ajudou e escudou cada ideia para a construção deste trabalho, sempre me orientando, dando ideias e sugestões para a construção de um texto rico e repleto de reflexões, além de, ser um grande modelo e influência para mim.

Reconheço também que as adversidades pelas quais a vida me fez passar, fizeram eu ver que sou capaz de crescer a cada dia, superando meus limites e me reinventando cada vez que for preciso.

RESUMO

O presente estudo refere-se à construção do trabalho final do Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Unijuí, e tem como tema: A Educação (Brasileira) Em Tuparendi - RS Antes e Depois da virada do Século: Percepções de Professoras.

O objetivo principal dele é refletir sobre as mudanças educacionais do final do século XX e início do século XXI, com o propósito de, entender os efeitos delas sobre professores, alunos e todo o sistema educacional, tendo como enfoque a educação no Município de Tuparendi, situado no Rio Grande do Sul. Para a investigação, compreende-se, que seja necessária uma busca por toda a história do Brasil, e do município, a fim de, situar como foi se construindo as atuais políticas públicas educacionais, que são à base de toda a nossa educação, e são primordiais para um bom desenvolvimento e progresso do país. Mas, a investigação maior se dará com base nas entrevistas com seis professoras da rede municipal de ensino, dado que, é pelas falas das mesmas que poderá ser compreendido como as mudanças ao longo dos tempos modificou a forma de aprender e ensinar, assim, como os métodos e estratégias de educar. Para esta monografia, como embasamento teórico, utilizou-se, a Base Nacional Comum Curricular, Plano Nacional de Educação, Plano Municipal de Educação, além de leituras de livros, artigos e sites da internet, e também o uso de questionário para realização de entrevistas.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Educação de Tuparendi, Mudanças.

ABSTRACT

The present study refers to the construction of the final work of the Pedagogy Course at the Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Unijuí, and has the theme: Education (Brazilian) In Tuparendi - RS Before and After the turn of the Century : Teachers' perceptions.

His main objective is to reflect on the educational changes of the end of the 20th century and the beginning of the 21st century, in order to understand its effects on teachers, students and the entire educational system, focusing on the education of the Municipality of Tuparendi, located in Rio Grande do Sul. For the investigation, it is understood that it is necessary to search the entire history of Brazil, and of the municipality, in order to situate how the current educational public policies that are based on our entire education, and they are essential for the good development and progress of the country. However, further investigation will take place based on interviews with six teachers from the municipal school system, given that it is through their speeches that it can be understood how changes over time changed the way of learning and teaching, as well as educating methods and strategies. For this monograph, as a theoretical basis, the Common National Curriculum Base, National Education Plan, Municipal Education Plan, in addition to reading books, articles and internet sites, and also using a questionnaire to conduct interviews.

Keywords: Educational Policies, Tuparendi Education, Changes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: OPORTUNIDADE PARA POUCOS, URGÊNCIA PARA TODOS.	9
1.2 BREVE HISTÓRIA DA CIDADE DE TUPARENDI	27
1.2.1 A EDUCAÇÃO NA CIDADE DE TUPARENDI.....	28
CAPÍTULO 2: MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO DO FINAL DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE SOB OS OLHOS DOS APOSENTADOS.....	32
2.1- PROFESSORES E ALUNOS DO FINAL DO SÉCULO XX, QUEM ERAM? E HOJE QUEM SÃO?.....	34
CAPÍTULO 3: EDUCAÇÃO DO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DESAFIOS E VARIAÇÕES ENCONTRADOS PELAS NOVAS GERAÇÕES DE PROFESSORES.	42
3.1- SUJEITOS PROFESSORES E ALUNOS- EDUCAÇÃO DO INÍCIO DO SÉCULO XXI: MUDANÇAS DO MÉTODO DE ENSINO.	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	53
REFERENCIAS.....	55

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem a finalidade de analisar como o Município de Tuparendi acompanha as mudanças educacionais que o Brasil passou com o decorrer do final do século XX e início do século XXI, e como faz para se adequar às mesmas, quais as maiores dificuldades e como fazer para superá-las, visto que, trabalhar com educação é uma tarefa de extrema responsabilidade, comprometimento e reflexão, já que, ela precisa ser pensada nos mínimos detalhes para atender as necessidades e exigências que o ser humano precisa para se constituir como bom cidadão e pessoa integrante de uma sociedade cheia de requisitos e demandas que ela mesma impõe.

A pesquisa será de fundamental importância para percebermos como está a educação nas escolas municipais de Tuparendi, além, da educação de forma mais global na visão de professoras aposentadas, mas que ainda estão atuando, e professoras recém-formadas, dado que, as mesmas também já foram alunas do final do século XX e agora estão como atuantes da educação do início do século XXI para, assim examinarmos mudanças, progressos e evoluções na maneira de ensinar e aprender.

O texto está organizado em três capítulos que se subdividem em tópicos e em cada um vou tentar explorar um pouco mais a fundo tanto sobre como a educação se transformou ao longo do tempo, tendo como base a história da educação brasileira desde o século XVIII até os dias de hoje, além, destes fatos históricos a fala das seis entrevistadas serão o ponto chave desta pesquisa para que se possa entender como tudo foi acontecendo na vida delas e o que modificou nas mesmas.

O primeiro capítulo trará uma breve recapitulação da história da educação no Brasil do final do século XX e início do século XXI, suas mudanças e permanências, também terá como complementação a história do Município de Tuparendi e o seu sistema de educação, mais especificamente como ele está organizado e planejado.

Além disso, para acrescentar mais ao trabalho, serão observados quais são os documentos necessários para que a educação de todo o país esteja em conformidade, auxiliando as escolas a terem um sistema educacional com conteúdos, objetivos e metas claras a serem cumpridas e concretizadas.

Ou seja, este capítulo inicial, será o meio pelo qual conseguiremos ter um pouco de conhecimento sobre a história da educação brasileira, em como ela foi sendo construída e planejada, as mudanças e ações que fizeram ser o que é hoje, sendo, que será a chance para entendermos e compreendermos mais os capítulos que se seguem.

O segundo capítulo, será designado a explorar um pouco das histórias das pessoas que fizeram e fazem parte da educação do município, mais especificamente as professoras aposentadas, porém, que ainda estão atuando, tendo como, base, entrevistas que serviram para entendermos como era a educação do final do século XX até a chegada do século XXI, fazendo com que, as lembranças e recordações, sejam articuladas para a construção de uma unidade cheia de histórias com mudanças, transformações e melhorias.

Já o terceiro e último capítulo, será destinado às entrevistas com três professoras recém-formadas e que trabalham nas escolas municipais de Tuparendi. Suas falas serviram como fonte de aprofundamento a respeito das mudanças do ensino\aprendizagem no início do século XXI, além de, auxiliar na análise de como está à qualidade da mesma, dando ênfase ao quesito desenvolvimento e aprendizagem do aluno.

Para concluir o texto, será pontuado se houve mudanças nos métodos de ensino de sessenta anos atrás para os de hoje, permitindo explorar as considerações dos professores sobre a atual educação, além de comparar diferentes perspectivas, desejos e intenções entre eles, além de, analisar se as documentações dirigentes auxiliam para se ter uma educação e um ensino organizado e projetado para atender as demandas educacionais que o município necessita.

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: OPORTUNIDADE PARA POUCOS, URGÊNCIA PARA TODOS.

Para compreendermos a forma como foi iniciado o processo de escolarização no Brasil, precisamos, considerar o que ocorria antes no ocidente, mais especificamente na Europa e que contribuiu para as grandes navegações, a colonização e a vinda dos Jesuítas ao nosso país, ou seja, foi a Igreja Católica com a chegada da Ordem dos Jesuítas em 1549, a responsável pela catequização dos índios e pela educação da elite colonizadora.

No início, a educação era organizada para atender a propósitos religiosos, a fim de, catequizar os índios e os tornar mais dóceis e submissos aos brancos, adaptando-os para o trabalho e para seguir o catolicismo, porém, com o tempo a companhia se afastou desses objetivos e deu ênfase para a educação das elites, já que, só assim conseguiria lucros e a formação de futuros sacerdotes. Como sustenta Xavier (1980),

preocupados com a difusão da fé e com a educação de uma elite religiosa, os jesuítas criaram um sistema educacional que, em última instância, fornecia aos elementos das classes dominantes uma educação clássica e humanista como era o ideal europeu da época, além disso, davam ênfase a formação do homem de fé nos valores cristãos.

Da educação estava excluído o povo, e graças à Companhia de Jesus, o Brasil permaneceu por muito tempo com uma educação voltada para a formação da elite dirigente, e sobreviveu todo o período colonial, imperial e republicano sem sofrer modificações estruturais em suas bases. No século XVIII, a obra educativa dos jesuítas se estendia do Pará a São Paulo, com 17 colégios e seminários, 25 residências e 36 missões, sem contar os seminários menores e as escolas de alfabetização presentes em quase todo o território (ALBUQUERQUE, 1993).

ao final do Império, o quadro geral do ensino era o seguinte: poucas escolas primárias (com 250 mil alunos para um país com cerca de 14 milhões de habitantes, dos quais 85% eram analfabetos), liceus provinciais nas capitais, colégios particulares nas principais cidades, alguns cursos normais e os cursos superiores que forjavam o projeto elitista (para formação de administradores, políticos, jornalistas e advogados), que acabou se transformando num elemento poderoso de unificação ideológica da política imperial (OLIVEIRA, 2004, p. 949).

Desse modo, é possível analisar que destes 14.000.000 de pessoas, 11.900.000 eram analfabetos, restando apenas 2.100.000 que tinham alguma escolaridade, como, por exemplo, saber ler e escrever. Destas 2.100.000 pessoas apenas 250.000 mil eram alunos que frequentavam a escola, dando um percentual de apenas 8,4% de vagas em todas as instituições, o que é um número baixíssimo, visto o número de habitantes total do país, o que confirma ainda mais que apenas a burguesia tinha a oportunidade e o privilégio de estudar.

Contudo, demorou cerca de treze anos até que as primeiras providências fossem tomadas para a substituição dos educadores jesuítas para, que a partir, de então o Estado começasse a assumir os encargos da educação, porém, mestres mal preparados e escolas régias, onde aulas eram ministradas por professores nomeados pelo governo, tinham como objetivo preencher a lacuna deixada pelos jesuítas, tendo como modelo a educação pombalina, que deu ênfase aos estudos menores de aprendizagem, tornando-a mais rápida e eficaz, contudo, eles eram incapazes de administrar toda esta modernidade que norteava a iniciativa pombalina.

No entanto, como eram os colégios mantidos por padres que faziam a formação de novos sacerdotes e de seminários para a formação do clero secular, isso fez com que o ensino se mantivesse com os mesmos objetivos e características da educação colonial:

os novos mestres-escolas e os preceptores da aristocracia rural foram formados ainda pelos Jesuítas, sendo, de certa forma, mantenedores de sua obra pedagógica: os mesmos objetivos, os mesmos métodos, a permanência do apelo à autoridade e à disciplina; o combate à originalidade, à iniciativa e à criação individual. Marcos Marques de (OLIVEIRA 2004, p. 947).

Esta educação baseada na religião e fé, dirigida pela Igreja Católica e aplicada pela Ordem dos Jesuítas durou cerca de três séculos, ou seja, até meados do século XVIII, e até este tempo, apenas os burgueses tinham o direito e a liberdade para estudar, um ensino com estruturas de poder hierarquizada e de privilégios para só este grupo, além de, inculcar a ideia de que a exploração de uma classe sobre a outra e a escravidão era um caminho normal para o desenvolvimento da sociedade, organizando um sistema educativo de domínio religioso e difusão da cultura europeia.

Apesar de, em, 1808, com a chegada da família real pouca coisa mudou na educação, já que, ela continuava sendo privilégio para alguns membros da elite, e assim, os anos se passaram até chegarmos no século XX em 1º de janeiro de 1901, com um nível de escolarização da população brasileira ainda baixíssimo. Porém, quando Getúlio Vargas assumiu o comando da presidência da República junto com o Ministro Francisco Campos, dos recém-criados Ministérios da Saúde e da Educação em 1930, muitas coisas mudaram, pois, tinham o objetivo de unificar as políticas dos Estados integrando o sistema educacional.

Vargas e Campos defendem a necessidade do desenvolvimento de um sistema de ensino no país, o que foi ao encontro das demandas dos intelectuais. Campos empreendeu algumas reformas: organizou e regulamentou o ensino comercial, que ficou dividido em cursos médios de 1º e 2º ciclos, e curso superior de finanças; e, quanto ao ensino secundário, passou a ser dividido em fundamental (5 anos) e complementar (2 anos), visando à preparação profissional, ou seja, não teria como finalidade exclusiva a preparação para o ensino superior, e suas maiores críticas eram em relação ao conteúdo enciclopédico do currículo. Dessa forma, na era Vargas a educação elementar passou a ser dividida em fundamental, ginasial e supletiva.

Em 1932, houve outra grande mudança na educação, já que, diversos intelectuais brasileiros, assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que tinha como objetivo fazer mudanças na organização do ensino brasileiro. Esse manifesto tinha o intuito de fazer com que a educação fosse um instrumento para a democratização e integração, diminuindo, assim as diferenças econômicas entre os diversos estratos sociais para isso, ela precisaria ser pública, gratuita, sem cunho religioso, sem discriminação de cor, raça e sexo. Para serem eficazes, os métodos pedagógicos e os currículos deveriam ser adequados a cada realidade, ou seja, seria planejada e desenvolvida em conjunto com a comunidade local para assim atender as reais necessidades.

A Constituição de 1934 foi resultado dessas considerações, que fez modificações na organização do ensino, as mudanças foram o ensino fundamental, junto com o ginasial que passou a ser chamado de primário, além disso, segundo Gonçalves, a educação passou a ser:

Estabelecimento da União como responsável por traçar as diretrizes gerais da educação nacional e os estados responsáveis pela organização e manutenção dos sistemas de ensino; gratuidade do ensino primário e necessidade de frequência obrigatória; criação de conselhos de educação; obrigação do Estado de aplicar recursos em educação- conquistas do movimento liberal; por outro lado, o grupo conservador também teve seu espaço, com a orientação do ensino religioso nas escolas públicas primárias- embora de frequência facultativa- e a inserção tributária para estabelecimentos particulares de ensino (GONÇALVES, 2012, p. 133).

Dessa maneira, com o Estado Novo e a Constituição de 1937, a capacidade da União foi ampliada, dado que, ela deveria fixar bases e diretrizes para a educação em todo o território nacional. Já, o dever do Estado foi diminuído, pois, embora a educação fosse gratuita, os pais que não alegarem pobreza precisariam pagar uma contribuição mensal. Ou seja, mesmo a educação sendo pública e obrigatória, tanto a União como o Estado não tinham dinheiro para manter estes direitos, dado a, realidade econômica do país, deixando a fiscalização da Constituição de 1937, responsabilidade dos pais.

Em 1937, a Educação Tecniciста também tomou força, para facilitar o acesso das classes baixas e desfavorecidas ao ensino médio, garantindo o aprimoramento daqueles que haviam cursado o supletivo, para além, do colégio normal e a manutenção das mudanças da Constituição de 1934. Foi dessa maneira, que o ensino médio profissionalizante foi criado, com o intuito de ensinar aos alunos como trabalhar na indústria, comércio e agricultura e tudo isso em apenas com uma formação de dois anos.

Já em 1940, o ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, criou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), designando Lourenço Filho para organizá-lo, estabelecendo Leis Orgânicas de Ensino, iniciadas em 1942 e terminadas em 1946.

seu programa era deste modo resumido: “o Instituto funcionará como o centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério” – explicação que se tornava necessária por atender, então, a mesma pasta às questões de saúde pública (GONÇALVES, 2012, p. 134).

Quadro 1- Leis Orgânicas de Ensino ou Reforma de Gustavo Capanema

LEI ORGÂNICA	DECRETO-LEI/DATA	DIRETRIZES
Do ensino industrial	Nº 4.073 30/01/1942	Organizado em: 1º ciclo- 4 anos (básico) + curso de mestría (2 anos); 2º ciclo-cursos técnicos (3 a 4 anos) e curso de formação de professores (pedagógico- 1 ano). Estabeleceu como de responsabilidade dos empregadores o ensino dos ofícios e a manutenção de aprendizes, bem como sediarem as escolas de aprendizagens.
Do ensino secundário	Nº 4.244 09/04/1942	Organizado em: 1º ciclo (ginasial) e 2º ciclo (clássico ou científico).
Do ensino comercial	Nº 6141 28/12/1943	Organizado em: 1º ciclo- 4 anos (básico) e segundo ciclo- cursos técnicos de comércio, propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado (3 anos).

Do ensino primário	Nº 8.529 02/01/1946	Organizado em duas modalidades: fundamental-elementar (4 anos) + complementar (1 ano), para crianças entre 7 e 12 anos; e supletivo (2 anos) para jovens e adultos.
Do ensino normal	Nº 8.530 02/01/1946	Organizado em cursos de dois níveis: 1º ciclo (4 anos) formação de regentes para o ensino primário e 2º ciclo (3 anos) formação de professor primário.
Do ensino agrícola	Nº 9.613 20/08/1946	Organizado em: 1º ciclo- 4 anos (básico) + curso de mestría (2 anos); 2º ciclo- cursos técnicos (3 a 4 anos). Prévia 3 tipos de cursos pedagógicos (2 anos): economia rural doméstica, didática de ensino agrícola e administração de ensino agrícola.

Fonte: elaborado com base em Romanelli, 1998, p.153-165.

Nessa organização das leis, as diretrizes, eram focadas no ensino técnico profissionalizante, dado que, a preocupação era o desenvolvimento da industrialização do país, devido à guerra na Europa e à política de substituição de importação de Vargas. Em relação ao ensino secundário, destacamos sua função:

Proporcionar uma sólida cultura geral, voltada para o patriotismo e à consciência humanística. Esse objetivo se refletiu no currículo, enciclopédico como o da reforma anterior embora de caráter mais amplo na formação de cultura geral e humanística no 2º ciclo, clássico ou científico. A ênfase formativa era estabelecida na carga horária de cada disciplina, no curso (GONÇALVES, 2012, p. 135).

Além disso, para Lourenço Filho:

O verdadeiro papel da escola primária é o de adaptar os futuros cidadãos, material e moralmente, às necessidades sociais presentes, e tanto quanto possível, às necessidades vindouras. Essa integração da criança na sociedade resume toda a função da escola gratuita e obrigatória e explica, por si só, a necessidade da educação como função pública (FILHO, 1941, p. 40).

Este sistema educacional durou até o final da Era Vargas. De acordo com Oliveira (2001, p. 164), essa Constituição refletiu as contradições daquele contexto, “entre a manutenção das desigualdades e a emergência das massas populares como agente a ser considerado”. Ou seja, essa Constituição ajudou a fazer, com que as pessoas mais pobres preferissem à educação pública ao invés da particular, dessa forma, a educação privada passou a se especializar no ensino pré-primário, que não era fornecido pelo Estado para, assim sobreviverem.

No final do Governo Vargas, mesmo a educação tendo que ser gratuita e obrigatória, foram promulgadas medidas visando corrigir as deficiências que levaram o índice de analfabetismo, contudo, o analfabetismo só cresceu:

dentro deste contexto, o exame de admissão para a passagem do primário para o ginásio foi abolido, mas em compensação foi introduzido um exame de admissão para o ingresso no 2.º grau. O que já dava mostras que os governos populistas que viriam passariam a priorizar o acesso ao 1.º grau em detrimento do 2º. (RAMOS, 2011).

Em 1948, foi elaborado a Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN), instituída na Câmara Federal, sob a presidência de Lourenço Filho, e em, 1961 de 20 de dezembro foi aprovado com a Lei nº 4.024, e estabeleceu a educação nacional como:

“inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (art.1º), “direito de todos, a ser dada no lar e na escola” (art.2º); e atribuída ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) a responsabilidade de “velar pela observância das leis do ensino e pelo cumprimento das decisões do Conselho Federal de Educação” (art. 7º). O sistema de ensino ficou organizado.

*educação de grau primário (pré-primário- e primário de 4 anos);

* educação de grau médio (subdividido em ginásial e colegial, de 4 e 3 anos, respectivamente, e compreendendo o ensino secundário, o técnico e o normal);

* o ensino de grau superior (graduação, pós - graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão) (GONÇALVES, 2012, p. 140).

Em fevereiro de 1962, foi instalado o Plano Nacional de Educação, com algumas metas quantitativas a serem atingidas até 1970, Romanelli (1998, p. 185) destaca:

1. Ensino Primário- matrícula até a quarta série de 100% da população escolar de 7 a 11 anos de idade e matrícula na quinta e sexta série de 70% da população escolar de 12 a 14 anos.
2. Ensino Médio- matrícula de 30% da população escolar de 11/12 há 14 anos, nas duas primeiras séries do ciclo ginásial; matrícula de 50% da população escolar, de 13 a 15 anos, nas duas últimas séries do ciclo ginásial; e matrícula de 30% da população, de 15 a 18 anos, nas séries de ciclo colegial.
3. Ensino Superior- expansão da matrícula até a inclusão, pelo menos, da metade que terminaram o curso colegial.

Mesmo, a população brasileira sendo predominante na área rural, o Brasil tinha mais da metade da população de mais de cinco anos alfabetizada. Contudo, a lei de 1961 não trouxe apenas avanços, mas, também, retrocessos, como a, determinação da extinção da divisão do ensino secundário normal em clássico e científico. Além disso, houve queda na qualidade de ensino, já que, os jovens não estavam sendo preparados para o vestibular, diminuindo as chances dos menos favorecidos terem a oportunidade de cursar o ensino superior.

Apesar disto, a partir de 1961, ocorreu uma uniformização do currículo e conteúdos ministrados e uma maior organização em torno da administração escolar. Em 1964, uma mudança drástica acontece na educação brasileira causada por crises de ordem política, econômica e social, fazendo com que acontecesse a implementação da Ditadura Militar, pois, o intuito da mesma era de que alguma coisa precisava ser feita para restaurar a ordem no país. Contudo, algo que era para ser uma mediação temporária acabou se tornando um regime autoritário, centralizado e repressivo.

A escola Superior de Guerra (ESG), teve forte influência nas ações dos governantes militares, a partir de, sua compreensão sobre o desenvolvimento do Brasil, como ressalta Debert, 2004,p.4

A ESG se coloca como adjuvante do Estado Moderno, que tem como objetivo levar a cabo o planejamento- uma questão técnica e científica- capaz de promover aceleradamente o desenvolvimento econômico. A democracia é um termo que assume uma polivalência muito grande. Estado interventor, manutenção da propriedade privada e é, ao mesmo tempo, um sentimento que deve guiar os indivíduos em todas as esferas da vida cotidiana. [...] Trata-se de um processo de reeducação tanto do povo como

das elites, na família, na religião, nos clubes esportivos, etc. [...] Não se trata de uma filiação automática aos interesses norte-americanos, mas de uma pressão para que aqui seja implantado um novo programa, capaz de acelerar o desenvolvimento. A crítica ao capital estrangeiro é acirrada na ESG, sua encontrada exige um controle estrito, mas é a única forma de desenvolver o país.

A escola Superior de Guerra controlou todo período do regime militar. Durante os anos de 1969 a 1973, e durante este tempo a economia ficou forte e em elevado crescimento devido a empréstimos. Contudo, enfrentou uma grande crise em 1980, decorrente de seu endividamento e da dependência de recursos externos como o petróleo.

Durante o tempo da ditadura no período de 1964 a 1985, três grandes feitos foram realizados para a educação, são eles: a Constituição de 1967 e as Leis nº 5.540/ 1968 - reforma do ensino superior e - nº 5.692\ 1971 1º e 2º graus. De acordo com Horta (2001, p.217), a nova Constituição não estabeleceu a vinculação de recursos orçamentários, mas previa:

a gratuidade do ensino oficial para todos, deveria ser estendida ao ensino secundário; a gratuidade no ensino superior estaria condicionada não apenas à falta ou insuficiência de recursos dos alunos mas também ao seu "excepcional merecimento" e seria permitido ao Estado remunerar os professores de religião (HORTA.2001,p.217).

Contudo, todo governo atuante passa por crises que transformam a realidade do país, e com a Ditadura não foi diferente, pois, com tantos contratempos e dificuldades, muitos acordos e decisões precisavam ser tomados para o bem da população, o que, acaba gerando mudanças em todos os setores, tanto na economia, na cultura e educação.

Um dos acordos mais fundamentais na época da Ditadura Militar foi entre os presidentes militares: Humberto Alencar Castello Branco e Arthur da Costa e Silva, junto aos americanos, que estabeleceram uma parceria, através do MEC, realizando doze acordos com a United States International for Development (USAID), realizado os acordos, isso fez, com que, esta parceria fosse tão significativa que influenciou reformas e leis na área educacional brasileira. Essa parceria foi justificada devido ao agravamento no sistema educacional, e, dessa forma, o MEC/USAID visavam o fortalecimento do ensino primário, a assessoria técnica dos americanos para o aperfeiçoamento de melhorias no ensino médio, modernização administrativa,

universitária, entre outros setores incluídos nas ideologias previstas pelos acordos MEC/USAID (ROSA, 2006).

Durante os anos de 1964 e 1968, foram realizados doze acordos entre o MEC/USAID, sendo que alguns desses vigoraram até o ano de 1971. Ocorreu assim, um comprometimento da política educacional brasileira, pois, tudo o que se estabelecia era convencionado pelas determinações dos técnicos americanos (GHIRALDELLI, 2000). Com essa união entre os dois sistemas, e a educação sendo totalmente transformada pela Ditadura, as escolas, professores e alunos precisavam seguir o que eles determinavam, sem fazer nenhum questionamento, apenas aceitar e colocar em prática as ordens, tornando o novo modelo educacional um sistema autoritário e domesticador. Com a economia em crise, a educação se focou mais ainda em um ensino tecnicista, atendendo às necessidades advindas com a crescente industrialização, fruto da influência do capital estrangeiro.

O modelo político econômico tinha como característica fundamental um projeto desenvolvimentista que busca acelerar o crescimento socioeconômico do país. A educação desempenhava importante papel na preparação adequada de recursos humanos necessários à incrementação do crescimento econômico e tecnológico da sociedade de acordo com a concepção economicista de educação (VEIGA, 1989, p.34).

Na Didática Tecnicista, a alienação entre teoria e prática é reforçada cada vez mais. “O educando desempenha função de mero instrumento e apenas executa objetivos instrucionais” (GHIRALDELLI, 2000).

[...] em análise ao pensamento da elite econômica da época, que o regime de governo deveria ser técnico e autoritário para servir ao capital transnacional, em função das exigências de suas hegemônias sobre as classes trabalhadoras, o que de modo era compatível com as manifestações de autonomia e organização das classes populares; para frear o processo revolucionário do povo, mais do que recursos financeiros, seria necessário tomar o poder central do país (DREIFUSS In ROSA, 2006).

Dessa maneira, o que importava era um ensino voltado para o desenvolvimento científico e tecnológico, causando uma visão restrita e limitada aos alunos, pois, no fim das contas a única ciência “útil” e válida era a ciência exata.

No fim, as leis feitas no início da Ditadura, mais especificamente a de nº 5.692\ 1971, que reformou o ensino primário e secundário, transformando-os em 1º e 2º graus, e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no 2º grau. Também, reorganizou o primário e o ginásio, tornando-os em 1º grau, com oito

séries, sendo obrigatória para crianças de 7 a 14 anos, reformulando também, o secundário, que passou a ter formação profissionalizante obrigatória, e três ou quatro anos de duração.

A princípio, a lei nº 5.692 de 1971 foi ao encontro de muitas necessidades sociais, contudo, com o passar do tempo ela foi duramente criticada por sua perda de espaço em relação às disciplinas de ciências humanas, restringindo e muito com que os alunos tivessem os conhecimentos necessários em História e Geografia para prestar o vestibular, dando ênfase apenas a disciplinas de cunho cívico, como educação moral e cívica e organização social e política brasileira.

Mesmo com tantas restrições implicadas pela Ditadura Militar, os estudantes não pararam de lutar pelos seus direitos educacionais, e se fortaleceram ainda mais para garanti-los, até que em 1968, com a morte do estudante Édson Luís, ocorreu a maior revolta estudantil através de passeatas e protestos, que teve, a participação de mais de 100 mil pessoas em São Paulo (PILETTI, 1990).

Nos últimos anos da Ditadura Militar, começaram a aparecer sinais de insatisfação da população, além, do aumento significativo das oposições ao mesmo. O governo de Jesiel tomou medidas repressivas e fez com que a sociedade civil se organizasse contra a tirania militar, tendo como Aliados na luta a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (AIB), e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNB), que impulsionaram movimentos de protestos exigindo a redemocratização do Brasil.

No ano de 1980, o regime militar dava os primeiros sinais de enfraquecimento, pois, as sociedades civis, junto com os estudantes mostravam total abominação a repressão, dando início a recuperação da democracia. Além disso, neste mesmo ano foi comprovado o fracasso da implantação da reforma da Lei da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e da Lei nº.7.044/82, sendo, dispensado das escolas a obrigatoriedade da profissionalização, e debates são intensificados pelo retorno da Filosofia. (ARANHA, 1996).

Até a Ditadura acabar, houve muitos outros problemas, como crises econômicas seríssimas que gerou o desemprego a milhares de pessoas, fazendo com que protestos acontecessem para que houvesse alguma atitude do governo. Em 1984, no dia 12 de janeiro (em Curitiba/PR), com o forte apoio do PMDB (Partido

do Movimento Democrático Brasileiro), já com, o apoio esquerdista, aconteceu a reunião pelas eleições diretas que iniciou efetivamente às Campanhas “Diretas Já”. E em 1985, o partido de Tancredo – Sarney, ganharam com grande diferença contra Paulo Maluf, com a promessa de uma Nova República, encerrando o ciclo dos militares no poder, dando início a uma “transição democrática”.

Quando José Sarney assumiu a república em 1985, herdou uma significativa dívida externa e uma situação econômica interna bastante complexa, e por mais que, tentasse controlar a economia a inflação não diminuía. Em 1989, a frente da presidência Fernando Collor de Mello lançou os planos Collor I e II para a inflação cair, porém, fracassaram, resultando em um aprofundamento da crise econômica e do Estado, fazendo também, com que houvesse o agravamento da crise social. Quando Collor foi acusado de corrupção em 1992 e seu processo de impeachment começou, sobre grande mobilização popular e com a aprovação do Congresso Nacional, Franco assumiu a presidência e seu governo ficou marcado a uma imagem conservadora e de tomada lenta nas decisões políticas.

Até o momento, viram-se às mais diversas modificações no ensino do País, visto que, estas mutações acontecem devido a trocas de governo e suas diferentes maneiras de administração, formas de avaliar e encontrar como ela deve ser trabalhada, objetivos a serem alcançados, pois, como sabemos, a educação é o que transforma a realidade das pessoas, muda suas vidas, e modifica a forma de pensar, faz com que as pessoas olhem o mundo e suas singularidades de formas e jeitos distintos umas das outras, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), “em uma instituição escolar, a educação é realizada além dos limites da educação formal, abrangendo aquilo que se aprende também no convívio social. Por meio da educação, produz-se conhecimento e, assim, todas as esferas de um país desenvolvem-se”.

Dado a, importância inquestionável sobre o valor da educação, em 1996, foram criadas duas intenções, pode-se dizer sobre como gerir o ensino. O primeiro feito foi a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que reunia 15% dos impostos arrecadados pelos estados e municípios sendo redistribuídos mensalmente de acordo com o número de alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental,

assegurando o valor mínimo anual por aluno. A segunda ação foi a aprovação da Lei número 9.394/1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e as primeiras mudanças quanto ao ensino fundamental foram:

- critérios mais flexíveis na avaliação do aproveitamento escolar;
- instrumentos para combater a repetência e a defasagem escolar;
- aumento da carga horária, de 667 para 800 horas - aula anuais;
- descentralização e maior autonomia pedagógica;
- determinação de criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)
- organização do sistema de ensino em educação básica - composta pela educação infantil, ensino fundamental (8 anos), ensino médio (3 anos), ensino superior (GONÇALVES, 2012, p. 154).

É importante compreender o contexto histórico que envolve essa lei, desde sua proposição até seus trâmites e a sua aprovação, como ressaltam Silva e Machado (1998, p. 31):

Inaugurando como expressão da vontade coletiva e marcada pela lógica do direito à Educação e do dever do Estado em atendê-lo, o projeto Inicial foi sendo esvaziado em função das exigências de uma nova realidade que passou a se configurar a partir da inserção mais intensa do país no livre jogo da economia de mercado cada vez mais global e, conseqüentemente da revisão do papel do Estado em função dos parâmetros da “nova ordem mundial”...

E em 1997, a economia brasileira foi afetada pela crise mundial ocorrida pela queda da bolsa de valores dos países do sudeste asiático, no ano seguinte, em 1998, Fernando Henrique Cardoso foi reeleito enfrentando críticas mais severas junto a uma crescente rejeição por parte da população.

Com o fim do século XX em 2000, o século XXI se fez presente em 2001, e com ele muitas transições, mas foi no ano seguinte, em 2002 que estas transformações começaram a tomar forma, com Luiz Inácio Lula da Silva, eleito o novo presidente do Brasil, e tomando posse do governo em meio a grandes expectativas, visto que, era um governante que já foi operário e sindical, sendo de, um partido compreendido como de esquerda e ético. Grandes, também foram as expectativas para que ele dirige-se mudanças nas políticas econômicas e sociais do país.

Segundo Oliveira (2009), na área educacional, o primeiro governo de Lula foi marcado, apesar das expectativas de mudanças radicais, muito mais por continuidades do que rompimentos em relação ao governo FHC. Tendo recebido

uma ampla e complexa reforma educacional, nos dois mandatos de seu predecessor, “restava a esse governo reformar a educação ou conservar e manter as iniciativas anteriores. A opção parece ter sido pelo segundo caminho”. (OLIVEIRA, 2009, p. 198).

O governo Lula, foi marcado pela expansão em grande escala do programa Bolsa Família e outros projetos de característica assistencial, contudo, ao mesmo tempo em que recebeu elogios por permitir as camadas mais pobres da população o acesso a bens e serviço, ele foi alvo de críticas no sentido que reforçam a dependência dos mais carentes através de programas, pois, ao invés de o governo organizar políticas que gerassem mais empregos e renda, fez com que a população fica-se ainda mais dependente dos benefícios do governo.

Além, do Bolsa Família, o governo de Lula, também criou outros projetos assistenciais pensando nos mais jovens, como o ProJovem, (Lei nº. 11.129, de 30 de junho de 2005. Instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem). Programa emergencial e experimental destinado a executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no art. 81 da lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, e o Primeiro Emprego, o setor da educação tem exercido papel crucial na implementação de programas sociais dirigidos aos mais pobres (Lei nº. 10.748/2003 criou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) também foi proposto por Lula com os seguintes eixos:

- A redefinição da política de financiamento da Educação Básica Fundeb;
- A democratização da gestão escolar;
- A formação e valorização dos trabalhadores em Educação- professores e funcionários da escola;
- A inclusão educacional- Fundeb- Ampliação do ensino fundamental para nove anos e a política do Livro Didático.
- O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) inclui:
- Programa Brasil Alfabetizado;
- Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação;
- Criação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFTs);
- Programa de Expansão e Reconstrução das Universidades Federais. (LIBÂNEO, 2008, p.171)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, também elaborado por seu governo, mede o desempenho do sistema, estabelecendo uma escala que vai de zero a dez. O índice, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), busca mostrar as condições de ensino no Brasil. Com estes dados de qualidade, o IDEB e o MEC, podem oferecer apoio técnico e financeiro para as escolas de baixa qualidade no ensino. Segundo dados do MEC, em 2008, os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao compromisso, “Compromisso Todos pela Educação”, assim, todos os municípios e estados do Brasil se comprometeram a atingir metas como a alfabetização de todas as crianças até, no máximo oito anos de idade.

Com o IDEB, o sistema municipal, estadual e federal de ensino passaram a ter metas de qualidade para atingir. Isso porque tais sistemas comprometeram-se com o plano de metas estabelecido, em que o padrão de qualidade é o IDEB. Criado por meio do decreto n. 6.094 de 24 de abril de 2007, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, constitui-se em um instrumento que visa regulamentar o regime de colaboração entre a União, os estados e os municípios. O decreto dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que visa à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica, envolvendo a União, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, bem como, a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira (DALILA, 2009, p. 09).

Mas, apesar de ter criado muitas propostas e de ter tido boas intenções para o desenvolvimento educacional durante seus oito anos de mandato, Para Oliveira (2009):

Foi somente no último ano do primeiro mandato que, por meio da Emenda Constitucional n. 53, de 19/12/2006, atribuindo nova redação ao parágrafo 5º do art. 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o governo criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

O Fundo foi então regulamentado pela Medida Provisória nº. 339, de 28/12/2006, que foi convertida na Lei nº. 11.494, de 20/06/2007, estabelecendo finalmente o FUNDEB e ampliando, em relação ao Fundo anterior – o Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o FUNDEF1 –, o principal mecanismo de financiamento da educação básica, compreendendo agora suas três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, com duração prevista para 14 anos.

Pode-se dizer que, durante seus dois governos, houve iniciativas importantes e significativas, como o ENEM, que existia desde 1998, durante o governo do ex-

presidente Fernando Henrique Cardoso, e tinha o intuito de avaliar o desempenho pessoal dos estudantes e definir políticas públicas educacionais, porém, foi em 2004 durante o governo Lula que surgiu o PROUNI (Programa Universidade para Todos), que tinha a iniciativa de conceder bolsas de estudo parciais e integrais em universidades e faculdades privadas de todo o país por meio da nota dos estudantes no Enem. Em 2010, surgiu o SISU (Sistema de Seleção Unificada) tendo sido desenvolvido pelo Ministério da Educação, e é utilizado por estudantes que realizaram o Enem para se inscreverem em instituições de Ensino Superior públicas.

Já o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), é mais antigo, criado em 1999, pelo Ministério da Educação, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele é sucessor do chamado Crédito Educativo, criado em, 1976 por Geisel durante o Regime Militar. Mas em 2010, Lula reformulou alguns detalhes, como, por exemplo, baixou a taxa de juros e o prazo de carência para início do pagamento após a conclusão do curso passou para dezoito meses. Já, o prazo para quitação das mensalidades se estendeu para até três vezes o tempo de duração da graduação.

Sob seu comando ocorreu, também a implementação de políticas regulares, visando a recuperação da função do protagonismo do Estado Federal como promotor de políticas para a área, além de que, o Estado se tornou protagonista na diminuição das diferenças regionais. Também, se acredita que o FUNDEB, ao ser instituído, pode ser considerado um avanço para a área, por corrigir as arestas deixadas pelo FUNDEF, como um fundo que cobre a educação básica.

Em 2011, um marco histórico acontece, a eleição da primeira mulher como presidente do Brasil, Dilma Rousseff, que prometeu que a luta pela qualidade da educação seria prioridade de seu governo.

No seu primeiro ano de governo, a educação andou a passos de “tartaruga” e muitas das prioridades deixaram a desejar, como foi o caso do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, que não atingiram as metas fixadas pelo próprio governo federal.

Em 2011, Dilma prometeu construir seis mil creches para a Educação Infantil pelo programa ProInfância até 2014, mas entregou apenas setecentas e oitenta e seis, fora que, a manutenção destas creches tem o custo maior do que a sua

construção e os municípios como são os responsáveis por mantê-las, alegaram não ter recursos para sustentar estas propriedades. O acesso ao Ensino Médio, também não foi cumprido por falta de vagas.

Além disso, anunciava a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. A Lei nº 12.513/2011, que institui o PRONATEC, em seu artigo 1º, determina que essa ampliação se dê por intermédio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. O parágrafo único do referido artigo elenca os objetivos do PRONATEC:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

A intenção do PRONATEC, é de atender às minorias marginalizadas e, também, as pessoas em situação de risco social por conta do desemprego, visto que, o artigo 2º da Lei nº 12.513/2011 indica o amplo público a ser atendido pelo PRONATEC:

Art. 2º - O Pronatec atenderá prioritariamente:

- I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
 - II - trabalhadores;
 - III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e
 - IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.
- § 1º - Entre os trabalhadores a que se refere o inciso II, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.
- § 2º - Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física.

§ 3º - As ações desenvolvidas no âmbito do Pronatec contemplarão a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Por melhor que fosse a intenção educacional do Pronatec, seus objetivos não foram alcançados, pois, a qualidade do ensino deixava a desejar e mais da metade dos alunos que ingressavam no programa acabavam desistindo do curso antes de concluí-lo, contudo, não existem avaliações sobre o programa que mensuram o seu efeito sobre a capacitação para o mercado de trabalho ou que revelem o motivo de uma evasão tão grande.

No seu segundo mandato, em 2015, Dilma enfrentou muitos outros problemas, problemas esses que a levaram ao impeachment, dado que, seu governo a cada dia que passava deixava muitas coisas a desejar. Alta inflação, gastos públicos altíssimos, eventos esportivos internacionais altamente custosos ao Estado, inflação na casa dos dois dígitos, foram fatores fundamentais para uma crise institucional. Foi assim, que começou a maior investigação política da história do país, denominada “Operação Lava Jato”, que era vinculada ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal.

Toda esta investigação se formou devido, à acusação de que a presidente havia cometido crime de responsabilidade, com a execução de “pedaladas fiscais”, em razão, de que, ela usou o dinheiro dos bancos públicos para pagar programas sociais. E, então, em 31 de agosto de 2016, seu mandato como presidente foi caçado. Assim, Dilma Rousseff tornou-se a segunda pessoa no cargo de Presidente da República a sofrer impeachment no Brasil, sendo Fernando Collor o primeiro em 1992.

Depois, que a ex-presidente já não fazia mais parte do governo, quem assumiu seu lugar foi o seu vice Michel Temer em 12 de maio de 2016, e seu mandato durou até 31 de dezembro de 2018, e em 1º de janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro assumiu a república com 55,13% dos votos válidos no segundo turno contra Fernando Haddad do PT, que ficou com apenas 44,87% dos votos.

1.2 BREVE HISTÓRIA DA CIDADE DE TUPARENDI

A origem do nome Tuparendi é muito controversa, segundo o site da prefeitura do município, "se tomarmos a palavra composta em que Tupã em linguagem indígena seria Deus e Rendy seria luz, esplendor. Teríamos a interpretação como sendo Luz de Deus, Deus Luminoso, Chama de Deus, etc."

O município era uma antiga aldeia de indígenas que começou a ser habitada em 1914 por imigrantes que chegaram oriundos das regiões onde, hoje se situam os municípios de Veranópolis, Caxias do Sul, Guaporé, Agudo, Feliz, Jaguari, sendo as etnias mais notórias os italianos e alemães, dando início assim, a um processo de colonização. Os italianos plantaram parreirais, criavam suínos para produção de salame, copa, plantavam milho e fabricavam vinho, já os alemães, produziam banha e foram os primeiros a introduzirem a cultura da soja.

Os produtos que sobravam eram transportados de carroça até a cidade de Santa Rosa, mas, com o progresso do povoado, o mesmo, acabou virando distrito da cidade, denominando-se Belo Centro, mas, com seu bom e rápido desenvolvimento e com ideias contrárias às da cidade "mãe", foi então que um grupo, composto pelos senhores: Diniz Gazzana, Helmuth Ries, Adolfo Kist, Arnaldo Falster, José Dinon, Vendelino Waldemar Rauber e presidido pelo senhor Amadeu do Prado Mallmann, liderou a Campanha para emancipar o município e torná-lo independente de Santa Rosa.

Foi no ano de 1959, no dia 10 de Setembro que o município conseguiu se emancipar de Santa Rosa, tendo como um dos principais emancipacionistas Amadeu do Prado Mallmann (que dá o nome a uma escola estadual da cidade, situada na rua de mesmo nome).

As primeiras escolas de Tuparendi foram a escola municipal Dez de Maio; Escola Particular Sinodal Vera Cruz e o Grupo Escolar da Sede, hoje escola municipal de turno integral Amadeu do Prado Mallmann.

Tuparendi fica localizada a uma latitude 27°45'23" sul e a uma longitude 54°28'54" oeste, estando a uma altitude de 328 metros, e com aproximadamente 8.583 0 habitantes em 2018, segundo pesquisa do SEBRAE, tem uma área de: 307,67 Km², sendo a área Urbana de: 13,6 km², e a área Rural de 294,9 km². A

cidade é vizinha dos municípios de Tucunduva, Santa Rosa e Santo Cristo. Tuparendi atualmente tem dois distritos: Cerro Alto e Cinquentenário.

1.2.1 A EDUCAÇÃO NA CIDADE DE TUPARENDI

Hoje, o município tem ao todo seis escolas, sendo elas, duas de Ensino Fundamental Anos Iniciais, uma de período integral o Amadeu do Prado Mallmann e uma de meio período a Hermínia Sichinel, duas escolas Estadual que são Escola Estadual de Educação Básica Yeté que abrange do sexto ano do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, e Eeef Andrea Parise, que fica localizada em Cinquentenário, distrito de Tuparendi, e vai do sexto ano do Ensino Fundamental, até o Nono ano do Ensino Fundamental, e duas escolas de Educação Infantil: as Emeis Doce Infância e Vendelino Waldemar Rauber.

Dessa forma, o município conta com quatro escolas municipais, onde as mesmas precisam seguir o plano Municipal de Educação que vai de 2015-2025, e contam com todos os objetivos, prioridades, metas e estratégias e tudo mais sobre o que vai ser trabalhado e priorizado no ensino da cidade até o fim da sua resolução, ele tem como propósito:

O Plano Municipal de Educação de Tuparendi, além de objetivar ao cumprimento legal, previsto na Constituição Federal de 1988, e os compromissos estabelecidos na nossa Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96), buscou também atender às exigências colocadas pelo processo democrático de discussão permanente da Educação, tendo como proposta a elaboração coletiva e descentralizada (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE TUPARENDI 2015-2025, p.05).

De acordo com o Plano Nacional de Educação de Tuparendi (2015-2025, p.05) “a adequação do plano é competência do município e trata-se de um grande desafio, porque é necessário construir o entendimento nacional de que os planos de educação devem ser feitos para um determinado território, onde vive o cidadão a quem o direito deve ser garantido. Essa condição envolve as três esferas de governo, representações sociais e interesses diversos em uma realidade política de disputa de projetos que historicamente caracterizou nosso país e suas políticas educacionais”.

Outra premissa de trabalho é que o Plano Municipal de Educação precisa estar alinhado ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual de Educação.

Considerando que os Planos Municipais de Educação poderão ser limitados ou potencializados pelos Planos Estaduais, é recomendável que todos os segmentos da sociedade e das três esferas de governo se envolvam na construção dos PEEs da mesma forma que se envolveram na construção do PNE e façam o mesmo com relação ao PME no seu respectivo município. O PEE precisa refletir uma pactuação entre o governo estadual e os governos municipais em cada estado, pois as metas estaduais devem ser refletidas em uma combinação de metas municipais em cada Unidade da Federação. A soma das metas estaduais, por sua vez, deve ser suficiente para o alcance das metas nacionais. Por esse motivo, o necessário encadeamento da construção das metas entre o PNE, PEEs e PMEs (O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: CADERNO DE ORIENTAÇÕES, 2014, P. 07).

De acordo, com o Plano (2014, p. 07) “é fundamental considerar que o PME deve ser do município, e não apenas da rede ou do sistema municipal. O Plano Municipal de Educação é de todos que moram no município; portanto, todas as necessidades educacionais do cidadão devem estar presentes no Plano, o que vai muito além das possibilidades de oferta educacional direta da Prefeitura”.

Não se trata do plano de uma administração da Prefeitura ou da Secretaria Municipal de Educação, dado que, perpassa mandatos de vários prefeitos e responsáveis municipais de educação. O trabalho implica no envolvimento das três instâncias de gestão (federal, estadual e municipal) e de representações dos diversos segmentos da sociedade, mas, não deixa de conferir peso e importância ao papel dos dirigentes municipais. Para assegurar a qualidade e atribuir peso político ao Plano, é necessário, que o Prefeito e seus secretários tenham papel notório como importantes líderes e colaboradores na construção e tomada das decisões, que ligarão o projeto educacional com o projeto de desenvolvimento local. Este documento precisa realmente ser:

[...] um documento de estratégias e de políticas de educação que inclua a intenção e uma constante avaliação, à luz da Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, observando os princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, interagindo com as metas definidas no Plano Nacional de Educação- Lei nº 10.172\2001, e no Plano Estadual de Educação (MEC, 2005, p.25).

Ele é de suma importância para o município, pois, é ele quem organiza estratégias e métodos de como fazer uma educação de qualidade, que atenda a todos e seguindo critérios e exigências de nível nacional, ou seja, o Plano Municipal

de Educação precisa sim ter referência em determinados documentos, pois, precisa estar em acordo com os documentos que abrangem todo território brasileiro, segundo o Plano Municipal de Educação, 2015. p. 06:

As referências principais devem ser a Constituição Federal, de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), as deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010), a avaliação do Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010) e o novo PNE.

Mas, apesar de Plano Municipal de Educação seguir os documentos exigidos pelo poder federal, houve algumas alterações desde sua criação em 2015, como o início do estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

que veio com a como um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, 2017, p. 05).

O documento será a, “referência nacional” para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação”. (Base Nacional Comum Curricular, 2017, p. 06).

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a divisão das políticas educacionais, gerando o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja favorável a qualidade da educação. Assim, para além, da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

À vista disso, a Base tende a superar as diferenças educacionais que se encontram em todo o país, pois, com ela todos os estados e municípios estarão em concordância do que se deve ensinar para todos de forma igual, e o que deve ser diferenciado de acordo com cada região. Por isso, este documento irá alterar muitos outros materiais, como os currículos das escolas, os projetos políticos pedagógicos, o regimento escolar, e conseqüentemente a forma como os professores conduzem suas aulas e o método utilizado nas mesmas.

Dessa forma, com sua aprovação no ano de 2017, o governo deu o prazo de dois anos para que os estados e municípios elaborassem seus próprios currículos, ou seja, tendo que, no final de 2019 e início de 2020, tê-lo pronto. Por isso, no ano de 2019, foram feitos os dias “D” que segundo a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (2019):

A atividade é parte do processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas escolas das redes pública e privada do Rio Grande do Sul. Após a elaboração dos referenciais curriculares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental nos estados em 2018, a ação promove o começo da discussão para a construção dos documentos curriculares no território do município.

Na prática, estes encontros serão “um momento para debates e a organização das escolas, com o enfoque em construir uma nova proposta de currículo a partir da BNCC e o Referencial Curricular Gaúcho”. (Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, 2019). As datas, não serão consideradas como letivas e as escolas não receberão os alunos na ocasião. Estarão presentes somente equipes diretivas, professores e funcionários.

Toda a história, até agora nos mostrou acontecimentos importantíssimos para o nosso país, sua evolução e desenvolvimento, e foram tantas as mudanças desde o tempo do Império, que, hoje restam apenas lembranças e histórias a serem contadas e repassadas para as futuras gerações. Estas mudanças foram de fundamental importância para chegarmos à educação que temos hoje, com suas principais características, sendo elas, a Educação um direito de todos, e que deve ser garantido pelo Estado, precisando também ser laica e gratuita.

Essas garantias fazem com que todos tenham acesso a ela, pois, educação não é projeto, muito menos caridade, é DEVER, e precisa ser cumprido.

O município de Tuparendi acompanha o desenvolvimento da educação no Brasil, acompanha as legislações necessárias e obrigatórias que o Governo Federal estabelece, segue as normas vigentes e tenta colocá-las em prática e trabalhar com elas da melhor maneira possível, atuando incansavelmente para que a Educação, seja perfeita para todas as crianças, professores, diretores e funcionários.

Percebe-se que, a estrutura educacional de Tuparendi é muito bem feita e objetiva, sendo pensada para atender as demandas e exigências de seus alunos, fazendo, com que a aprendizagem seja eficiente e significativa, além de que, tenta alcançar as metas estipuladas pelo Governo quando se trata em nível de aprendizagem, mas para que isso aconteça, precisa haver estudos e base em cima dos documentos, que são eles, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Estadual de Educação (PEE), e agora recentemente aprovada o Referencial Curricular Gaúcho.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico, o Regimento e o Currículo precisam estar de acordo com todos estes documentos, contendo nele os conteúdos, propósitos, metas e estratégias, e a secretária da educação é a principal responsável para que isso se efetive, pois, é lá, que o secretário e seus assistentes formularam estratégias e métodos para que todos os requisitos se cumpram, contudo, não fazem tudo sozinhos, as escolas também precisam estar integradas sobre as ideias e métodos pensados, porque, pensar em educação é um trabalho de equipe, todos precisam estar em conformidade, é assim que um ensino de qualidade é formado, com todos ajudando, pensando em formas de a educação ser de extrema qualidade e significativa, transformando a vida destas crianças e adolescentes.

CAPÍTULO 2: MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO DO FINAL DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE SOB OS OLHOS DOS APOSENTADOS.

O segundo capítulo consiste nas entrevistas realizadas com três professoras aposentadas, sendo elas, Eva Piske com 58 anos, Izolete Giordani com 56 anos e Ledir Menezes com 50 anos, que trabalharam, e que ainda trabalham na educação

do município de Tuparendi, elas foram feitas através de perguntas enviadas por meios digitais como WhatsApp Web, Messenger e pessoalmente, pois, como estamos vivendo um momento muito delicado no mundo devido a Covid-19, isto fez, com que, o contato com as outras pessoas, especialmente as de mais idade fosse restrito, por isso, a melhor opção de comunicação foi o meio virtual.

Diferentemente, do primeiro capítulo, onde, falamos sobre, a história da educação de todo o país de forma geral, apresentando fatos de como ela foi sendo trilhada, organizada e planejada, contendo, também partes importantes da história e organização da educação em Tuparendi, o segundo capítulo, será mais específico, dado que, terá, como foco principal mostrar como era o ensino das três professoras na época em que elas eram as alunas, como consistia os métodos de ensino do final do século XX, os materiais disponíveis, a relação entre professor e aluno, opções de carreiras, etc.

Foram realizadas as seguintes perguntas, e suas respostas foram sendo apresentadas em formas de citações para, que assim, pudesse ser feito as retomadas históricas, recapitulando todos os momentos pelos quais o país e o município passou junto com elas, indicando se houve ou não mudanças na forma de ensinar e aprender.

1. Nome?
2. Idade?
3. Qual a sua formação? Como ela era? Precisava fazer faculdade, curso normal, etc?
4. Por que escolheu esta profissão?
5. Em que ano começou a trabalhar como professor(a) da rede Municipal? E com que idade de alunos trabalhava?
6. Como era a educação\ensino no tempo em que você era aluno(a)
7. Como era a educação\ensino na época em que a exercia?
8. Quantos anos que já não exerce mais a profissão?
9. A seu ver muita coisa mudou no ensino, nos alunos e professores desde que você trabalhava? Se sim quais são estas mudanças? Qual a que mais te marcou?

10. Na sua opinião como vai ser o ensino\educação das crianças daqui para frente, visto que a realidade e as circunstâncias do ensino e da criação dos jovens estão mudando constantemente? O que podemos esperar?

2.1- PROFESSORES E ALUNOS DO FINAL DO SÉCULO XX, QUEM ERAM? E HOJE QUEM SÃO?

Desde que há mundo, de um jeito ou de outro sempre houve a educação, seja ela, informal, como, por exemplo, com ensinamentos vindos de casa, conversas com pessoas da rua, ou em lugares festivos, não importa sempre se aprende alguma coisa quando há conversa, e a educação formal, realizada nas escolas, tendo o professor como mediador, e os escritores, filósofos e teóricos para serem estudados e debatidos, etc.

Como visto recentemente no capítulo anterior muita coisa mudou e hoje a educação é organizada e planejada para que todos tenham as mesmas orientações de estudo e os mesmos conteúdos, além disso, o aluno precisa ser considerado único, singular, cada um com seu tempo de aprender e de se desenvolver, cada criança precisa ser respeitada, e tratada de maneira igual, porém, sempre levando em conta que tem seus limites e experiências diferentes um do outro, já que, hoje é inaceitável não levar o tempo e as dificuldades de cada um em consideração.

Contudo, por mais que, hoje a criança seja vista como única e especial, e que tem o seu próprio tempo de aprender, parece que há um século, estas características não eram consideradas, pois, o professor apenas transmitia o conhecimento acumulado culturalmente e historicamente para em suas aulas “depositarem” este conhecimento acumulado na cabeça de seus alunos, onde, os mesmos deveriam “absorver” todos estes conhecimentos da mesma forma com que o professor os passava, sem questionar ou indagar, apenas aceitar.

Era assim que as professoras Eva Piske e Izolete Giordani se lembram de suas aulas, principalmente na época de sua alfabetização, onde ambas trazem que:

O que me lembro, é que fui alfabetizada com a cartilha Olavo e Elida, o ensino era baseado na memorização, isso fazia com que nós aprendêssemos menos (PISKE, 2020).

Quando era aluna me alfabetizei com a Cartilha Caminho Suave, numa sala multisseriada, da 1º a 5º série. Era professora há frente, um grande quadro negro cheio de anotações e provas, sendo que precisamos memorizar todo o conteúdo passado (GIORDANI, 2020).

Isso mostra que, o ensino além de, ser memorizado, a principal ferramenta era a cartilha de alfabetização, que segundo Santos, 2014:

as cartilhas escolares são livros didáticos infantis produzidos especificamente para o período inicial da alfabetização dos educandos. Elas apresentam um universo de leitura bastante restrito, em função do seu objetivo: trata-se de um pré-livro, destinado a um pré-leitor. A cartilha escolar limita-se ao ensino de uma “técnica de leitura”, entendendo-se essa técnica como a decifração de um elemento gráfico em um elemento sonoro.

Por mais que, as cartilhas tivessem nomes diferentes, Barbosa (1992, p.54), traz um ponto que unifica todas elas, transformando-as em uma só: “a dependência do sistema de escrita em relação ao sistema oral”. Em outras palavras, isso significa dizer que (quase) todas as cartilhas escolares partem do pressuposto, de que, para aprender a ler, o aprendiz deve transformar o signo gráfico em signo oral para, depois, chegar à compreensão do mesmo. O signo oral, nesse contexto, é utilizado como “mediador” da compreensão do texto escrito. Negando o papel dos olhos num sistema gráfico, o acesso à compreensão do texto escrito passa pelos ouvidos. Resumidamente, pode-se dizer que, são frases curtas, “soltas” e sem significado. Exemplos: Cacá caiu. A fita é para Fifi. Ivo comeu a uva. (MACIEL e SILVA FRADE, 2003).

Além disso, naquele tempo, segundo as entrevistadas o professor era imensamente respeitado, constituindo-se a autoridade máxima, sendo muito diferente dos dias atuais, pois, quando se tratava de municípios pequenos, as pessoas mais importantes eram os padres, os prefeitos, delegados, vereadores e professores, já que, o que o professor dizia, os pais e os alunos concordavam, fora que quando desrespeitado, “os castigos aconteciam quando o aluno não obedecia, mas a maioria dos alunos tinha uma boa educação trazida de casa” (PISKE, 2020).

Percebe-se, que por mais que o tempo tenha passado hoje alguns professores insistem em dar aula dessa maneira mecanizada, contudo, é uma minoria que ainda pensa assim, pois, hoje a necessidade de se criar uma sociedade crítica, que pensa, questiona, e tenha opinião própria é cada vez mais relevante. Assim sendo, nos tempos atuais, o professor precisa entender que não é mais o

único detentor da informação, aquele que sabe tudo, pois, com o avanço da tecnologia e da informação o aluno tem informação rápida, fácil e em quantidade, dado que, com um clique consegue acessar e aprender tudo o que quiser. É isso que traz a fala da entrevistada Ledir Menezes:

Vejo que a escola não é o centro do conhecimento, pois, ter acesso a tanta diversidade faz com que o aluno traga questionamentos, que quando o professor aborda um assunto, já não é mais novidade, e é aí que vem a mudança do professor, porque ele tem que usar desse conhecimento para explorar e instigar, fazendo o conteúdo ter efetividade. O professor, não está levando novidade para a sala de aula, e sim, tem que achar um meio de o aluno interagir e se apropriar do conhecimento, que é a verdadeira aprendizagem, dar sentido aquilo que o aluno conhece. (MENEZES, 2020).

Diferentemente dos anos de 1980, época em que as professoras começaram a sua vida profissional, mais especificamente em 1981, 1986 e 1989, onde os recursos eram limitados e escassos, porque para se planejar não havia internet, nem computador ou celular, mas livros, as professoras não exerciam apenas a função de dar aula, mas eram multitarefas, segundo as três entrevistadas:

O professor além de dar aula fazia merenda, faxina, horta, culto aos finais de semana. Para trabalhar tínhamos pouco material, apenas um quadro negro, um mimeógrafo e pouquíssimos livros. Os alunos eram sempre colocados em fila, e geralmente as turmas eram multisseriadas da 1^o à 5^o série.

Estas escolas com turmas multisseriadas, geralmente ficavam localizadas nos interiores das cidades, com forte precariedade na infraestrutura, pouquíssimos recursos, e tendo apenas estudantes que residiam no interior e que pertencem a várias séries e níveis, todos em uma mesma sala de aula, de acordo com Hage:

As escolas com turmas multisseriadas existem no Brasil desde o período imperial, quando se aplicava o método mútuo ou do ensino por meio da monitoria, na instrução elementar, modelo importado da Inglaterra. Naquele país, o método foi criado para atender às exigências da rápida expansão do ensino público elementar e para atender às necessidades do processo de industrialização (HAGE, 2010. p. 01).

Ou seja, de acordo com as falas das professoras, trabalhar em uma escola com esta estrutura, ocasiona uma sobrecarga de atividades, dado que, é necessário planejar atividades que comportem toda a turma, além de, provocar fortes angústias relacionadas à organização do trabalho pedagógico. Esta organização de ensino faz

com que as professoras criem planos de ensino e estratégias de avaliação diferenciadas, necessitando estar de acordo com a quantidade de séries com as quais trabalham que geralmente vai do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Com esta situação, por vezes, elas se veem obrigadas a utilizar livros didáticos antigos e ultrapassados como única fonte para a seleção e organização dos conteúdos, sem se atentar com os princípios curriculares, não aperfeiçoando a singularidade das crenças, valores e estilo de vida destes lugares. Contudo, mesmo com estas dificuldades, o número de escola do interior com turmas multisseriadas ainda é elevado, conforme Hage:

A existência de um número muito extenso de escolas com turmas multisseriadas no Brasil (49.305 escolas segundo o Censo Escolar de 2009, do INEP), associado à dispersão de localização das mesmas e o atendimento reduzido do número de estudantes por escola têm levado os gestores públicos a adotar, como estratégia mais frequente, a política de nucleação vinculada ao transporte escolar, resultando no fechamento das escolas nas pequenas comunidades rurais e transferência dos estudantes para escolas localizadas em comunidades rurais mais populosas (sentido campo-campo), ou para a sede dos municípios (sentido campo cidade) (HAGE, 2010. p. 03).

Pode até parecer estranho que com todas as mudanças na educação desde 1930, o ensino ainda fosse muito precário nas menores cidades, parecendo que o desenvolvimento e conquistas não tivessem chegado até elas, mostrando que, apesar de tudo ser muito diferente do pesquisado, não significa que não aconteceram e que elas não passaram pelos mesmos, contudo, mostram uma realidade divergente. É esta realidade que intriga, pois, até hoje tem em pequenos municípios salas de aula multisseriadas, onde o professor faz de tudo um pouco e com poucos recursos.

Mas com tantas adversidades, escolas precárias, falta de material e funções que vão além da sua formação, porque todas decidiram seguir a carreira de educadoras? É aí, que vem uma realidade que as três vivenciaram que é a falta de opções e o vasto contexto em que todas as mulheres se tornavam professoras. Segundo as entrevistadas:

Porque gosto de crianças e na época as mulheres não tinham muita opção. (PISKE, 2020).

Porque gosto de ensinar, e também porque na época quase todas as mulheres faziam o magistério. (GIORDANI,2020).

Porque eu não tinha ainda noção do que eu quero fazer tal “coisa”, mas a oportunidade era mais fácil em questão de já ter o emprego, além de, frequentar uma escola que não tinha valor custo de pagamento. E o encantamento se deu depois da prática, e se eu não gostasse não teria ficado 30 anos no magistério, e ainda acreditando que é a escola que muda, é a educação, é a luta incansável do professor de acreditar no aluno. (MENEZES, 2020).

Falta de opções, oportunidades, desrespeito e discriminação, vêm de muito antes, ou seja, desde o tempo em que os Jesuítas ensinavam, e que visavam construir uma elite colonial culta e religiosa, em que, as mulheres sendo elas ricas ou não, brancas ou negras, eram negadas de ter acesso a escrita e a leitura. Sebastião José de Carvalho, futuro Marquês de Pombal, entre 1750 e 1777, foi o responsável por uma série de implementações de reformas, sendo, uma delas a expulsão dos jesuítas, e que logo depois apresentou a primeira tentativa de transformação das instruções que as mulheres recebiam, contudo, pouca coisa mudou na prática.

Mesmo que pouca coisa tenha mudado na prática, as mulheres no tempo de Pombal tiveram o direito de frequentar as salas de aula (separadas por gênero), surgindo o magistério que era o mercado de trabalho destinado para elas, entretanto, poderiam apenas dar aulas para outras mulheres. Contudo, mesmo que elas tivessem este direito, e com a vinda da família real portuguesa em 1808, a maior preocupação era que elas soubessem se portar em público para não envergonhar sua família.

Com o Império, mesmo as mulheres tendo começado a ter acesso à instrução das primeiras letras, eram desobrigadas a cursarem o ensino secundário, cuja, função era preparar os homens para o ensino superior. Segundo Fernandes, 2019:

A Constituição de 1824, a primeira do Brasil, propunha o ensino primário gratuito extensivo a “todos” os cidadãos, embora sem considerar como tal as populações negra e indígena. Entretanto, a primeira legislação específica sobre o ensino primário, após a Independência, foi a lei de 15 de outubro de 1827, conhecida como Lei Geral, que marcou a criação de escolas de primeiras letras (hoje, Ensino Fundamental) em todo o país – e foi referência para a escolha da data comemorativa do Dia do Professor.

Contudo, a discriminação continuou, já que, não tinham acesso a todas as matérias ensinadas aos homens, sendo elas as consideradas mais racionais, como

a geometria, e deveriam aprender as “artes do lar”. Além disso, um decreto de 1831, fez com que as mulheres ganhassem menos. Em 1835, foi criada a primeira Escola Normal do país, em Niterói. No entanto, não foram admitidas matrículas de moças.

Foi, mais para o final dos anos de 1870, que elas ganharam mais espaço para lecionar, já que, era necessária mais mão de obra devido à criação das escolas públicas mistas nas províncias, e as professoras receberam autorização para lecionar para meninos de determinada idade (geralmente entre 12 a 14 anos).

A luta para ingressar na faculdade também foi árdua para as mulheres, dado que, só em “1879, o governo imperial permitiu, condicionalmente, a entrada feminina nas faculdades. As candidatas solteiras deveriam apresentar licença de seus pais; já as casadas, o consentimento por escrito de seus maridos”. (FERNANDES, 2019).

E se tratando de formação, as três entrevistadas, têm em seu currículo, o magistério como unanimidade, contudo, nem todas têm a graduação ou pós-graduação, já que, as mesmas não eram exigidas ou necessárias para exercer a função de professora.

Tenho o magistério, que preparava o professor para entrar na sala de aula, mas a experiência era adquirida na sala de aula trabalhando com os alunos e enfrentando as dificuldades que surgiam. Não precisava fazer faculdade, com o 2º grau já ingressava na sala de aula. Depois, foi exigido o curso normal para aqueles que não tinham. Alguns de meus colegas fizeram o curso normal de férias. (PISKE, 2020).

Tenho o magistério e ensino superior em letras. Sim, precisava ter o curso normal (magistério) para poder trabalhar em sala de aula. (GIORDANI, 2020).

Fiz o magistério em 1989, pedagogia, e no tempo que a gente fazia a formação podia optar em coordenação (supervisão pedagógica) ou sala de aula, e também tenho pós-graduação direcionada para coordenação pedagógica. (MENEZES, 2020).

Diante disso, é possível analisar que a relação da mulher com a educação, vem de uma longa caminhada de conquistas e lutas, sendo muitas das vezes, a única opção de trabalho e carreira a ser seguida, fora que, a facilidade de ingressar em escolas públicas e já sair com um emprego garantido era muito grande, e junto com essas grandes chances vem um discurso que até hoje escutamos, “o discurso da vocação natural da mulher ao magistério, onde médicos, pais, clero e

governantes acreditavam que elas eram dotadas de ternura e outras qualidades “naturais” para os professores exercerem sua profissão”. (FERNANDES, 2019).

Contudo, mesmo que, hoje a predominância das mulheres seja grande se tratando de educação, graças à evolução e a acontecimentos ao longo dos anos, hoje as mulheres têm mais opção no mercado de trabalho, mostrando que o magistério não é o único caminho. Entretanto, o preconceito e a hostilidade ainda estão longe de acabar, pois, ainda é forte a implicância que “lugar de mulher é na cozinha”, fora que, a diferença de salários entre homens e mulheres com as mesmas formações, profissões e carreiras é muito grande.

Apesar disso, ainda a esperança de que um dia esta triste realidade mude, assim, como a história da mulher que mudou a educação e a escola, visto que, ela não é a mesma do século passado e sua função também parece ter mudado, já que, de acordo com Eva, Izolete e Ledir:

Muita coisa mudou atualmente, como por exemplo, crianças frequentam creches, educação infantil de 4 e 5 anos, 1º e 2º série sem reprovação, alunos preparados para ingressar na 1º série, material de pesquisa, biblioteca, computadores, internet, hora atividades para professores, materiais didáticos. E o que mais me marcou foram as novas tecnologias, porque tive que também me adaptar (PISKE, 2020).

Muita coisa mudou e mudou para melhor, hoje professor e aluno interagem, trocam experiências. As escolas são mais espaçosas, mais alegres. O planejamento é mais flexível, onde, os assuntos podem ser abordados mais livres. As aulas são planejadas para chamar a atenção do aluno, já que, hoje pouca coisa é novidade para eles, pois se tem tudo na internet. (GIORDANI, 2020).

Hoje, os alunos são muito mais ativos e inquietos, pelo mundo ser tão rápido, fora que, o que é novidade hoje, amanhã talvez não seja, as mudanças são muito rápidas na sociedade.

Os pais também são muito mais atuantes, e tem uma vida ativa profissionalmente, e os seus filhos vem para a escola com estas mudanças e acontecimentos muito presentes em suas vidas. (MENEZES, 2020).

Cada uma apresenta uma ideia de mudança, mas, o que se pode perceber é que, diferentemente do final do século passado, onde elas eram alunas e depois quando iniciaram sua carreira, hoje o aluno é o protagonista, e precisa ter as condições apropriadas para se desenvolver como pessoa. As tecnologias, os planejamentos chamativos, a busca incessante por novidades em um mundo que muda tão rapidamente, são os meios pelos quais os professores hoje buscam prender a atenção do aluno e fazer com que ele aprenda a sua própria maneira,

tendo sua própria interpretação do que lhe é passado. O aluno, não é mais visto como mero receptor, mas como alguém que também pode contribuir com a aula. É isso, que as três trazem em suas falas sobre o que esperar de um futuro que ninguém tem certeza sobre o que vai acontecer.

O futuro aponta para mudanças, pois, a tecnologia continuará evoluindo sempre diferenciando ainda mais a escola atual, da futura e da escola antiga.

Ninguém pode prever a escola do futuro. Tudo é incerto, e essa incerteza gera ansiedade. É preciso desenvolver nos estudantes a habilidade de pensar criticamente para resolver os problemas que surgem. A evolução da tecnologia vai permitir que a escola tenha um relacionamento ainda mais próximo das famílias, o que já, está acontecendo com esta pandemia (PISKE, 2020).

O professor deixou de ser o centro de tudo, passou a ser um mediador e o aluno de mero espectador a colaborador no processo de ensino\aprendizagem (GIORDANI, 2020).

Nossa geração, ainda tem muito presente o comprometimento, pois, ainda se sonha em ter uma formação, em ser um cidadão, aquele que se sustenta. E o querer da escola é este, fazer um aluno consciente, crítico, mas, também com autonomia de buscar as suas escolhas.

Há mudanças na questão imensa deste querer, e uma proteção imensa dos pais, além, de que, os jovens querem tudo muito fácil, de imediato o resultado, mas ele precisa saber que tem que criar o resultado com o seu caminho, com dificuldades, insistências e persistências, e, é isso que é complicado, porque para ter uma formação são muitos anos de estudo.

Ter uma educação básica não garante ter uma profissão, por isso, a busca entre a educação básica e a graduação não pode se perder, e a família precisa parar de só proteger e deixar seus filhos se desafiarem, pois, o mundo lá fora não é tão fácil, tem que saber ser muito seguro de si, é preciso arriscar.

Para o futuro, precisamos acreditar, é a esperança por vitória, conquista, e a humanidade é o que temos de melhor na sociedade, um ser pensante. Você precisa estar bem para fazer o seu melhor (MENEZES, 2020).

A única certeza, é que a cada dia, a tecnologia estará cada vez mais presente e indispensável para o dia-a-dia, deixando lá no passado a ideia de só aprender por meio das pesquisas em livros, e receber de forma indubitável o que o professor transmite. A cada dia que passa, evidenciamos que nas salas de aula se constrói um relacionamento de troca entre professor e aluno, e que essa relação traz enriquecimentos de aprendizagens para ambos, fazendo com que, a escola se torne um ambiente onde o aluno saia preparado para encarar um mundo cheio de desafios.

Não perder a esperança, dar apoio e valorização devida aos professores, irá fazer com que cresça a vontade nele de construir aulas e maneiras de o aluno se

entregar mais e mais ao aprendizado. Pais, escola e governos precisam estar em conformidade para se criar um ensino de qualidade, onde todos saiam beneficiados. Criar alunos fortes, independentes, críticos e preparados, é uma questão central que as escolas precisam ter em seus planejamentos.

CAPÍTULO 3: EDUCAÇÃO DO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DESAFIOS E VARIAÇÕES ENCONTRADOS PELAS NOVAS GERAÇÕES DE PROFESSORES.

Partindo de um capítulo repleto de histórias, informações e referências, onde, a educação era rígida, com normas e regras bem definidas presentes nas escolas, com materiais precários, e que era vista apenas como o lugar aonde se vai para aprender a matéria, dado que, educação vinha de casa, hoje chegamos a uma realidade totalmente diferente e moderna, pois, neste capítulo será apresentado um novo conceito de educação, e novas maneiras de ela ser feita, chegamos a uma era, há um novo tempo, onde, a tecnologia é dominante, professor é mediador e não mais detentor, aluno é participante e não mais apenas ouvinte e escola é a base da construção do caráter, da disciplina, da convivência, e não somente o lugar onde se aprende o conteúdo, mas, sim a preparação para vida a fora.

O terceiro e último capítulo, será atribuídos pelas falas de três professoras recém-formadas, mas que, já possuem uma pequena trajetória na área da educação para que, assim, suas experiências sirvam como base para ampliar e organizar as concepções e ideias sobre as mudanças da educação do início do século XXI. As professoras, foram entrevistadas pelo meio da plataforma do WhatsApp Web, já que, contatos de forma pessoal estão temporariamente suspensos devido ao Covid- 19.

Nesta unidade, o objetivo será apurar como está a qualidade da educação em Tuparendi, como está sendo o desenvolvimento educacional das crianças diante de tantas mudanças, quais são estas mudanças, e como elas afetam a aprendizagem destes alunos. Para o desenvolvimento do capítulo, foram feitas as seguintes perguntas:

1. Nome?
2. Idade?

3. Em que ano se formou? E quanto já atua? Com que idade de crianças trabalha?
4. Como foi a sua formação? (instituição, métodos...).
5. Por que escolheu esta profissão?
6. Como era a educação\ensino quando você era aluna? Era igual à de hoje ou teve mudanças? Se sim, quais foram? E qual mais te marcou?
7. Como você considera a educação das escolas municipais? Acha que tem algo que se possa melhorar ou tudo está tudo dentro do padrão?
8. Em sua opinião, como vai ser o ensino\educação das crianças daqui para frente, visto que a realidade e as circunstâncias do ensino e da criação dos jovens estão mudando constantemente? O que podemos esperar?

3.1- SUJEITOS PROFESSORES E ALUNOS- EDUCAÇÃO DO INÍCIO DO SÉCULO XXI: MUDANÇAS DO MÉTODO DE ENSINO.

Hoje, falar em educação é falar sobre muito estudo, dedicação, preparo e formação, requisitos mais que necessários que o professor deve ter e cumprir, dado que, para Nóvoa (apud MARAGON; LIMA, 2002, p. 23) “o aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente”. Na época atual, ter uma graduação e formação específica para atuar na área do ensino, já é preceito que deve ser cumprido, diferentemente do século passado, onde, bastava ter apenas o ensino médio para mais tarde fazer a formação, que se tornaria obrigatória para lecionar.

Estas exigências que, hoje são fundamentais fazem com que o nível de qualidade de um profissional aumente, pois, com muito estudo, formação continuada, e cursos fora da escola, permite que esta nova geração de professores se aperfeiçoe no seu trabalho, trazendo para a sala de aula atividades, brincadeiras, e novas formas de se ensinar e aprender. Reinventar-se a cada dia que passa nunca foi tão necessário quanto nos dias de hoje, por isso, as professoras Cristina F. Lunardi, Janice Facchinetto e Sibeli Saggin, têm um longo currículo de formação e

carreiras cheias de aprendizados e experiências, mesmo sem estarem muito tempo no exercício. A formação das três consiste em:

Formei-me em 2011, em Pedagogia, atuo depois de formada há nove anos (mas trabalhei quatro anos antes, na educação infantil e 2º série), atualmente trabalho na Creche Emei Doce Infância (4 meses a 3 anos) como coordenadora pedagógica. Minha graduação foi na Unijuí, instituição de admirável reconhecimento. Os professores atenciosos e dinâmicos, trazendo sempre muitas novidades e práticas relacionadas à pesquisa e ao aprender do educando. (LUNARDI, 2020)

Magistério em 1999, graduação em ciências em 2005, graduação em pedagogia em 2017, pós-graduação em gestão ambiental concluída em 2007, pós-graduação em educação infantil e séries iniciais concluída em 2019. Minha primeira formação da primeira graduação foi presencial e a segunda graduação à distância da mesma forma, a primeira, pós-graduação foi presencial e a segunda pós-graduação à distância. Minha primeira graduação e a primeira pós-graduação realizei pela Unijuí a segunda graduação realizei pela UNINTER e a segunda pós-graduação pela Faveni. Atuei na área da educação como educadora infantil no município de Tuparendi por 14 anos, visto que, iniciei no ano de 2004 até o ano de 2018 em 2019 atuei como professora numa primeira série no ano de 2020 atuo como professora numa turma de pré-escola de 4 anos. (FACCHINETTO, 2020).

Fiz magistério na escola Visconde de Cairu, e pedagogia na Unopar. Na graduação me formei em 2016, mas, já atuo há nove anos. Tanto no magistério como na pedagogia tínhamos muitos trabalhos e atividades para apresentar, e isso me ajudou muito desenvolvendo a oralidade. (SAGGIN, 2020)

Vê-se que, a lista de graduações, pós-graduação e demais formações é intensa, além de, estudos realizados em casa e planejamentos constantes na própria escola, parece nunca haver tempo suficiente para aprender e se aperfeiçoar, visto que, é difícil ter bons resultados e prestar um bom serviço quando não estamos adequados às tendências e sintonizados com a realidade.

E todo este esforço, e dedicação se dão, pelo fato de que, no presente as crianças são outras, a forma de ensinar e de aprender é outra, pois, como, já trazido anteriormente, a tecnologia está cada vez tomando mais espaço e modificando a forma como o professor é visto, e como seus planejamentos são feitos e aplicados, pois, sua forma de trabalho não pode mais ser rotineira, é preciso que haja novidade e busca constante por parte deles.

Segundo Nóvoa, são muitos os elementos que estão contribuindo para a transformação no sistema escolar. O primeiro seria:

Para além de saber a matéria que leciona, pede-se ao professor que seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo, e que, para além do ensino, cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos, da integração social e da educação sexual, etc.; a tudo isto pode somar-se a atenção dos alunos especiais integrados na turma. (NÓVOA, 1995, p. 100)

Não basta apenas ensinar o conteúdo em si, em razão, de que, a escola de hoje vai muito mais a frente, ficando com uma carga muito maior do que é capaz de suportar, pois, além de, ensinar os conteúdos e matérias básicas como biologia, matemática, português, etc., ela ainda precisa trazer uma formação que inclui aspectos de criatividade, boa comunicação, empatia, flexibilidade, colaboração, liderança, respeito e aceitabilidade, criando um planejamento com interdisciplinaridade, uma vez que, os conhecimentos estão cada vez mais ligados.

Esta é uma das principais queixas das três professoras entrevistadas, a falta de participação da família no quesito “educação vinda de casa”, pois, os pais de hoje parecem ter se esquecido de que são eles os responsáveis por criarem filhos educados, gentis, respeitosos e tolerantes. De acordo com as professoras Cristina e Sibel:

Famílias desestruturadas, pais despreparados para formar família, e em busca de melhores condições de vida, colocam seus filhos em tempo integral na escola e creches, tornando-se ausentes no desenvolvimento e crescimento dos mesmos, fazendo com que, as crianças se tornem violentas e agressivas (LUNARDI, 2020).

Venho notando a algum tempo que a educação e o ensino estão sendo delegados pela maioria das famílias a escola. Os pais estão cada vez com menos paciência de fazer o seu papel de pais, e estão deixando as crianças muito à vontade, sem limites. Elas podem fazer o que quiserem e na hora que quiserem, e a escola vem tendo que lidar com isso como se fosse sua responsabilidade.

Gostaria muito, de que, futuramente a participação dos pais fosse maior na escola. Que a escola fosse vista e valorizada pelo que ela realmente é, e pelo que faz. Se as famílias não souberem dar limites agora, podemos esperar cada vez mais crianças desestruturadas, com falta de carinho e atenção, como já vemos alguns casos na nossa escola hoje. E, é aí que entra o professor, onde muitas vezes tem que suprir também esta falta da família (SAGGIN, 2020).

Mas, não é só isto, a função dos pais parece estar muito distante também quando se trata de cuidar e acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do seu filho, olhar se ele fez a lição de casa, como está a condição do seu material escolar, do seu caderno, entre outros pequenos detalhes, parecem não ser mais

importantes e não terem mais sentido, visto que, o pensamento mais comum é, “eu pago a escola para isto”, “eu pago meus impostos para meu filho aprender tudo na escola”, contudo, são estes pequenos pontos que fazem total diferença para o aluno, professor e escola.

Diante de tudo isso, o professor por vezes, acaba se desmotivando e desesperançando-se, pois, são tantas as dificuldades que parece não haver mais jeito de se fazer o que realmente precisa que é ensinar, “professores cansados e estressados, carga horária saturada, torna o professor desmotivado e desvalorizado e o motivo disso? Falta de valorização salarial.” (LUNARDI, 2020).

Nóvoa, também segue esta mesma linha de pensamento e, diz que, o professor está sobrecarregado, e acredita que muitos deles fazem mal o seu trabalho devido à incapacidade de cumprirem um enorme leque de funções.

Para além das aulas, devem desempenhar tarefas de administração, reservar tempo para programar, avaliar, reciclar-se, orientar os alunos e atender os pais, organizar atividades variadas, assistir a seminários e reuniões de coordenação, de disciplina ou de ano, porventura mesmo vigiar edifícios e materiais, recreios e cantinas (NÓVOA, 1995, p. 108).

É notável, também, que hoje, a opção por seguir carreira de professor é expressivamente baixa, uma vez que, o salário é uma miséria, o respeito também não é mais o mesmo, a valorização praticamente não existe, cargas horárias extensas e serviços intermináveis, fazem com que, a escolha por ser professor fique como última opção na lista de desejos dos jovens. Mas, há um, porém, por mais que, existam tantos problemas e falhas em um belo serviço, ainda há pessoas que veem o ensino como algo que deve ser investido e valorizado. De acordo com, Cristina, Janice e Sibeli, elas seguiram a carreira por amor e respeito à profissão. Conforme fala das três:

Sempre me identifiquei muito com esta profissão, ou seja, “missão”, acredito que para se tornar um professor não basta apenas querer ensinar, é preciso ter o dom, o perfil de educador. Possuir o sentimento de empatia, acolher e amar seus alunos como se fossem um pouco filhos seus. Nestes poucos anos de professora, sempre senti isso e não me arrependo jamais desta escolha que fiz (ser professora). (LUNARDI, 2020).

Escolhi esta profissão, pois, desde pequena sonhava em ser professora, sempre me identifiquei com essa profissão, gosto muito do que faço e procuro fazer tudo com muito amor e carinho, dando o meu melhor a cada dia. Os desafios são muitos, mas, esta é uma profissão muito gratificante,

estar e poder conviver com crianças é maravilhoso não só ensinamos, mas, aprendemos muito. (FACCHINETTO, 2020)

Escolhi esta profissão por gostar de ensinar e também de aprender. No magistério aprendemos muito a cada dia, pois, temos contatos com diferentes realidades (SAGGIN, 2020).

Com essas posturas, vê-se que, ainda há pessoas que mostram que investir e trabalhar na educação e ensino vale a pena, pois, sem isso as pessoas não iriam conseguir imaginar, planejar e criar um mundo melhor, pois, por trás de toda ideia, de toda aprendizagem e conhecimento sempre haverá uma pessoa que pensou, estudou e tencionou determinados acontecimentos, e por inúmeras vezes, essa pessoa sempre acaba sendo o professor. Ele é insubstituível, intocável, e de acordo com Almeida:

A base de qualquer profissão é o aprendizado adquirido com o professor, sem ele, as demais profissões formais não existiriam. O professor é o compartilhador de conhecimentos, o formador de opiniões, o incentivador da prática do exercício do raciocínio e o questionador dos assuntos atuais. É ele quem incute nos alunos o desejo, a possibilidade e a necessidade de se adquirir conhecimentos para a obtenção de uma profissão que os capacitem a realizar seus sonhos (ALMEIDA, 2015.)

O professor aprende junto com seus alunos, transforma ideias em realidades, indaga e faz pensar, cria métodos capazes de fazer com que o aluno menos desinteressado volte a se interessar. Um verdadeiro professor luta pela aprendizagem de seu aluno, sente uma satisfação enorme quando descobre que este aluno formou um futuro brilhante. Ele é capaz de vivenciar e estar presente em cada transformação pela qual a sociedade atravessa.

Estas transformações são naturais, e todo ser humano passa por elas, dado que, ele é o responsável pelas mesmas, ele cria, reinventa, muda e modifica a sua realidade de acordo com a sua necessidade, ele vê na natureza, no meio ambiente e na sua espécie a possibilidade da metamorfose. O homem com toda a sua criatividade, imaginação e originalidade cria e constrói coisas que às vezes é difícil de acreditar, e por mais que pareça impossível de acontecer ele faz com que aquilo se torne real e crucial para a sua existência, e o professor está sempre presente na realização das mesmas.

É isto que, está acontecendo agora no início do século XXI, o professor está fazendo parte de umas das revoluções mais importantes e significativas para o ser

humano, o uso e criação da tecnologia, um instrumento que hoje é essencial para a sobrevivência humana. A tecnologia implica na mudança de muitas coisas na sociedade, principalmente no como o ser humano aprende, e seu uso em sala de aula é cada vez mais requisitado, pois, com esta nova geração de alunos a novidade parece mudar de minuto em minuto. Como diz Libâneo:

Os professores precisam dominar, com segurança, esses meios auxiliares de ensino, conhecendo e aprendendo a utilizá-los. O momento didático mais adequado de utilizá-los vai depender do trabalho docente prático, no qual se adquirirá o efeito traquejo na manipulação do material didático (LIBÂNEO, 1991, p. 173).

Este é um dos mais novos desafios que os professores precisam aprender a manipular, visto que, o uso de celulares, notebooks, multimídias, tablets e mais, serão necessários para se desenvolver aulas que permitam a pesquisa em tempo real, compartilhamento de trabalhos, onde, todos podem ter acesso ao mesmo instante ao material, e assim trabalhar coletivamente nas ideias. São inúmeras as vantagens de se ter estes aparelhos, mas também inúmeros os desafios, porque, nem todas as escolas têm acesso de qualidade à internet, nem todos os alunos têm celulares ou notebook, enfim, ainda há muitas condições de melhorias que precisam ser feitas para que o uso destas novas tecnologias de fato seja eficaz.

E, todas estas dificuldades de manipulação e de acesso se dão pelo fato, de que, na época em que as professoras eram alunas, todas estas ferramentas e facilidades não existiam, dado que, as professoras Cristina, Janice e Sibeli, estudavam no interior, em escolas onde o livro era a principal ferramenta, assim, como no tempo das professoras Eva, Izolete e Ledir. De acordo com Cristina, Janice e Sibeli:

Tenho boas recordações do meu tempo de aluna, as séries iniciais, cursei no interior em séries multisseriadas. O ensino era rígido e regrado, porém, muito feliz. Ajudávamos na limpeza da escola, cortar a grama e na organização do pátio da escola.

Muitas crianças residiam longe da escola, se deslocavam a pé com muita dificuldade, mas, acima de tudo com vontade de aprender e mudar a vida de suas famílias.

As aulas mais esperadas eram as de artes e educação física, que eram realizadas no campo da comunidade, (doces lembranças) (LUNARDI, 2020).

A educação, quando eu era aluna, com certeza era muito diferente, estudei em escola de interior com turma multisseriadas, e na minha idade escolar tínhamos a prática de limpar o pátio da escola de capinar o pomar e

aprender muitas coisas, em especial que o respeito às pessoas mais velhas vinha em primeiro lugar, além disso, havia uma hierarquia que hoje não se tem mais.

Mudanças no ensino tiveram muitas, eu não convivia com tecnologias quando estudava, principalmente nos primeiros anos de escola nem televisão tínhamos, hoje o acesso aos meios de comunicação e o uso da internet, por exemplo, é desafiador tanto para alunos como para os pais e professores.

No meu ponto de vista, estão acontecendo algumas inversões de funções, por exemplo, quando eu estudava, íamos à aula e ganhávamos conteúdos, brincar era somente no recreio, hoje as crianças basicamente não brincam mais nas suas casas, pois, fazem o uso de eletrônicos na maior parte do tempo, fazendo a escola precisar ministrar conteúdos, e ainda resgatar o brincar que é muito importante na vida das crianças (FACCHINETTO, 2020).

Quando eu era criança, a educação era mais tradicional, usavam-se cartilhas e outros livros didáticos. Não tínhamos aulas expositivas como hoje, onde as crianças participam ativamente. Também, sentávamos sempre um atrás do outro. Uma das mudanças que houve foi o uso da tecnologia que temos disponível hoje, e que naquela época não existia. E também a participação mais ativa das crianças em sala de aula (SAGGIN, 2020).

À vista disso, percebe-se o quanto a educação mudou, assim, como a forma de aprender e estar na escola, posto que, diferentemente de quando as professoras eram alunas, hoje as crianças parecem estar cada dia mais se afastando do seu real papel, que é serem crianças, onde precisam brincar ao ar livre, se sujar, cair, levantar e aprender com seus erros. Ademais, os ensinamentos de respeito, tolerância e colaboração aos mais velhos também estão se perdendo, posto que, como já mencionado anteriormente, os pais estão deixando toda a criação de seus filhos para a escola, sendo que, a mesma não tem condições de arcar com toda a responsabilidade sozinha.

O cuidado com a escola, seus materiais, brinquedos, etc., também precisam ser trabalhados constantemente, dado que, diferentemente da época das três professoras, os alunos, já não fazem e não podem mais fazer estes tipos de serviço de cortar grama, capinar e ajudar a limpar a escola, contudo, ensinamentos e orientações de como se deve deixar a escola limpa, organizada e bem cuidada precisam ser constantemente reforçadas, pois, assim desde a educação infantil as crianças saberão que precisam ajudar a manter a escola bem bonita e limpa, corroborando para seus aprendizados.

São as minúcias que, constituem um ambiente bom e encantador para o aluno, em virtude de que, se o professor com o auxílio das tecnologias, da

participação ativa dos alunos e com um planejamento persuasivo, criativo e irreverente, provoca o incentivo a novos desafios e assim consegue realizar uma aula extremamente prazerosa, produtiva e interessante.

Perante tantos recursos que são necessários e importantíssimos para uma boa escola, juntamente com professores bem capacitados, dedicados e ferramentas que auxiliam no ensino aprendizagem do aluno, será que a educação do município traz e envolve todos estes requisitos para uma educação de qualidade? Segundo as três entrevistadas a resposta é sim, possuímos uma educação de qualidade, segundo suas falas:

Considero a Educação Municipal de muita qualidade, desenvolvemos métodos e práticas sempre pensando em nossas crianças, no melhor modo de passar conhecimento, valorizar e respeitar o que já sabem e agregar sempre a família neste processo, tornando-os protagonistas de suas ações e produções. Possuímos bons professores, pesquisadores, criativos, que produzem muitas atividades legais e significativas com as crianças. Estamos “caminhando” para uma educação de alta qualidade, onde o foco principal é o educando e suas aprendizagens (LUNARDI, 2020).

Referente ao questionamento das escolas municipais, pelo conhecimento que tenho, até porque minhas filhas estudam em escola municipal, considero-as muito boas, escolas de família. Professores que sempre buscam uma nova formação, sempre preocupados com a aprendizagem das crianças, e as famílias sempre informadas referentes ao aprendizado das crianças. Se existe algo a melhorar, considero que sim, sempre temos o que melhorar, pois, cada dia é um novo dia, todos têm que melhorar alunos, famílias, professores e também escolas, sempre buscando formar cidadãos preocupados e que buscam o melhor para a sociedade em que vivemos, e esta formação acontece basicamente na escola, portanto, a escola como um todo sempre precisa melhorar (FACCHINETTO, 2020).

Considero a educação do nosso município muito boa, porém, ainda podemos melhorar muito. Temos que melhorar muito no uso e acesso às tecnologias, tanto para os professores como para os alunos. Também se precisam melhorar as condições dos prédios e das salas de aula (SAGGIN, 2020).

À frente das falas, percebe-se que o ensino e qualidade das escolas municipais são muito bons, dado que, segundo Cristina, Janice e Sibeli na rede há professoras sempre em busca de formação, de novos aprendizados e conhecimentos, que tentam de todas as formas proporcionar aulas dinâmicas e diferentes, que “prendem” o aluno na fala do professor e nas atividades desenvolvidas. O aluno é o centro, o principal sujeito da escola e por isso, precisa

dispor de todos os materiais e ferramentas essenciais e úteis para sua aprendizagem.

Contudo, mesmo tendo professores com alta capacidade, inteligência e criatividade, que buscam constantemente dar e fazer o seu melhor, as escolas municipais de Tuparendi, infelizmente são precárias no quesito estrutura, pois, como traz a professora Sibeli na sua fala, os prédios são precários, tendo muitas goteiras, salas de aulas pequenas e sem muito espaço, pisos precários, ocasionando muitos tombos e machucados para alunos, professores e funcionários. Segundo as recomendações da Unesco (1998; 2001), o prédio escolar:

[...] deve ser seguro e atraente em termos de seu projeto global, funcionalidade no lay-out; deve dar condições para que seja efetivamente possível um ensino efetivo, atividades extracurriculares em especial em áreas carentes e rurais não atuando como um centro comunitário. Deve ser construída a escola em conformidade com padrões sanitários, tendo durabilidade, adaptabilidade e deve requerer uma manutenção econômica.

[...] ... É preciso enfatizar o controle local no desenvolvimento de práticas educacionais sustentáveis.

As políticas e diretrizes públicas estabelecidas pela LDB, DCNEI³, DOEI 4 e PNE reconhecem o *Ambiente Escolar* como elemento fundamental para a implementação de uma educação de qualidade, capaz de atender aos seguintes pontos básicos:

*integração entre o ambiente físico e práticas educacionais - o espaço é pedagógico;
 *relação com a comunidade - o espaço é social;
 *observação dos preceitos de sustentabilidade (bem-estar, saúde e consciência ecológica) - o espaço é ecológico.

Por isso, a importância de se ter prédios escolares apropriados e de boa qualidade, visto que, não é apenas uma questão de estética, mas sim, um lugar onde segundo o site Brasil Escola:

A escola é uma ideia. E dessa ideia nasce a instituição tão fundamental para a civilização que suas origens praticamente se fundem. Das primeiras relações sociais, primeiras letras, até a mais complexa pesquisa de ponta, tudo tem nela seu início, e nela se processa. A escola conserva, transmite, cria, renova, contesta e valida o conhecimento. Não há como fazê-la calar. O pensamento não deixa de existir apenas por deixar de ser expresso por algum tempo. É na escola que primeiro surgem os ideais de liberdade. (BRASIL ESCOLA, 2020)

Uma escola precisa e necessita ser um espaço tranquilo, com proteção, cheio de bem-estar, onde, será o auxílio para um ensino de qualidade, prazeroso e encantador. Não basta apenas os professores fazerem sua parte, a prefeitura também precisa honrar com seus deveres, e isso, inclui assistência e melhoria nestes prédios tão importantes. Todos precisam participar e se responsabilizar, os professores, gestores e alunos exigindo seus direitos de local de trabalho adequado e seguro e a prefeitura dispendo dos mesmos, pois, há recursos e leis para oferecer tais benefícios.

Em vista de, tantas dificuldades e dilemas que a educação ainda passa, não apenas no quesito aprendizagem, mas também de local apropriado para tais preceitos, como será que vai ser o ensino\educação das crianças daqui para frente, visto que, a realidade e as circunstâncias do ensino e da criação dos jovens estão mudando constantemente? O que podemos esperar? Conforme Cristina, Janice e Sibeli, o futuro é alarmante:

O futuro, muito me preocupa. Como professora e principalmente como mãe, vivemos em um mundo que é muito difícil continuar sendo honesto, humilde e educado com as circunstâncias que vivemos. O “ter” está quase mais importante que o “ser”. O comunismo impera, e os pais não se mantêm seguros nas regras e limites, sobrando assim para a escola esta parte de educar, dar limites e resgatar os “preciosos valores” que fazem da humanidade pessoas de bem e fraternos.

O mundo e suas tecnologias mudam constantemente, o que auxilia em muitos aspectos facilitando a vida de muitas pessoas, porém, sempre há o lado negativo que tira proveito para prejudicar e atingir pessoas inocentes e humildes. (LUNARDI,2020).

Desafiador, sempre a lei de inclusão nos traz um desafio que precisa ser trabalhado em âmbito muito amplo, assim, como as tecnologias que hoje existem e fazem parte do cotidiano de todas as crianças. Há uma necessidade de formação para os professores e uma adequação nas escolas para que, por exemplo, as tecnologias sejam aproveitadas para o ensino propriamente dito, pois, as crianças já estão além de muitos professores neste quesito tecnologia. A questão da lei de inclusão, também precisa ser trabalhada, pois, muito se fala, mas penso que os professores ainda não estão totalmente preparados para trabalhar com turmas que tenham alunos inclusos. (FACCHINETTO, 2020).

O ensino precisa com urgência ser mais valorizado por parte dos governantes e de toda a comunidade. Pois, esta sempre sendo deixado de lado, precisa de investimentos. Os pais necessitam tomar o controle da educação de seus filhos, não deixando tudo para a escola. O futuro é incerto, não podemos adivinhar o que vai acontecer daqui para frente, contudo, se o governo não tomar as devidas providências, podemos esperar

uma educação degradante e extremamente frágil (mais do que ela já é) (SAGGIN, 2020).

À face do exposto, cada uma tem sua própria ideia do que vai acontecer daqui para frente e do que podemos esperar. As três professoras nos mostram com suas respostas que, a educação enfrenta e continuará enfrentando os mais diversos impasses e problemas, seja, por causa da inclusão, da falta de valorização e investimentos, do uso da tecnologia, ou porque já não se vale de muita coisa ser honesto no mundo. São tantas as crises e adversidades que, fica difícil chegarmos a uma solução que resolva todos os problemas. Contudo, não podemos desistir da nossa sociedade, do nosso país, estado e município, precisamos seguir em frente, levantando a cabeça e superando todas as dificuldades que surgirem, não é fácil, mas é necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente estudo buscou refletir sobre as mudanças educacionais que acontecem desde o século XVIII, como tudo foi sendo transformado, planejado e organizado para, então a educação chegar onde está hoje. Durante o desenvolvimento, os fatos históricos foram utilizados para dar base e conexão entre todos os capítulos, dado que, para se entender de um determinado período e acontecimento, é preciso saber como foi que tudo aconteceu.

O trabalho se subdividiu em três capítulos, sendo que, o primeiro é múltiplo, visto que, no seu escrito ele retrata a história de toda a educação brasileira, nos apresentando todo o seu percurso de construção, com partes específicas também da educação do Município de Tuparendi. Todo esse informe, foi necessário para situar o leitor para os próximos capítulos que se dispuseram, pois, os dois últimos, sendo eles, o foco de todo o trabalho, nos apresenta a realidade de seis professoras da rede municipal de ensino de Tuparendi, cada uma com suas histórias e experiências, mas que no meio de tudo acabam se interligando, por tratarem do mesmo assunto: educação\ensino, mudanças na forma de ensinar e de aprender, o uso das tecnologias, a sobrecarga das escolas, etc.

Nestas duas partes finais do trabalho, vemos que, são grandes os desafios do dia- a- dia, dado que, as novas tecnologias trazem muitas adversidades a serem

vencidas, sendo elas, como trabalhar com uma ferramenta tão desafiante e que a cada minuto nos dá informação abundante e que podem ou não serem verdadeiras? E como se adaptar a esta nova realidade onde tudo pode se ter com apenas um click?

Estas questões são as grandes frustrações das seis professoras, pois, elas veem que é preciso utilizar deste recurso prático e fácil, visto que, com ele pode-se aprender muitas coisas novas, dado a vasta opção de jogos e técnicas que ajudam na aprendizagem, porém, parece que não há instruções suficientes de como se fazer isso de forma que, o ensino se torne efetivo, além de, não se ter recursos e nem materiais disponíveis para todo mundo.

Também, há a questão de que, a tecnologia interfere muito na vida da criança, de maneira que ela perde a vontade de brincar com outras coisas, se não com o celular ou tablet e os pais, sobrecarregados de problemas e trabalhos, parecem não se importar com esta perda que seus filhos estão tendo da infância.

Na fala das entrevistadas, tudo isso, interfere no modo como a criança aprende, pois, nada parece ser novidade para ela, necessitando o uso constante do professor em fazer todas estas informações serem utilizadas para a construção de suas aprendizagens, criatividade é fundamental nestas horas sendo que, as crianças de hoje não são mais as mesmas de quando as professoras eram as alunas.

Respeito e autoridade tendo que ser estabelecido e lembrado a todo o momento, tanto para os alunos como para os pais, dado que, a hierarquia onde o professor era visto como autoridade e comando não existem mais, fazem as crianças não saberem o que é ter limites, tornando a escola o principal lugar de se trabalhar funções que os pais deveriam exercer em casa.

Tudo mudou, não dá mais para tratarmos as crianças como há um século atrás, posto que, a sociedade mudou a forma de criação, de viver e de sobreviver também. Os professores, e a escola em geral são o grande pilar que mantém a boa educação, atos de respeito e de convivência acessos, visto que, é dentro de uma sala de aula que aprendemos a nos comunicar, a respeitar e a tolerar. Hoje, a criança é vista como ser que contribui, pensa por si própria e que é capaz de realizar feitos incríveis, pois, tem a capacidade de se adequar a todos os ambientes se bem formada.

Vemos que, fica claro no texto o quanto o país se desenvolveu no assunto educação, o quanto criou estratégias, documentos, formas e métodos para que todos pudessem ter este direito garantido, o conjunto do processo foi muito desafiante e custoso para todos que lutaram por ela, principalmente para as mulheres que precisaram encarar e enfrentar o machismo e o preconceito para conseguir o acesso às mesmas condições de estudo que os homens.

Uma escola com pais presentes, valorização do trabalho docente, atividades expressivas e de boa qualidade, Projeto Político Pedagógico rico e embasado na documentação dirigente, respeito à realidade e a singularidade de cada pessoa e lugar são imprescindíveis para a construção de uma boa educação. É preciso que haja um bom planejamento e organização de ideias para que o ensino atinja seus principais objetivos e metas.

Troca de ideias, opiniões e ensinamentos entre alunos e professores nunca foi tão necessário quanto agora, visto que, o diálogo precisa estar presente a todo o momento, sendo muito bem explorado e respeitado, pois, todos devem contribuir para a elaboração do conhecimento.

REFERÊNCIAS:

A ESCOLA é uma Ideia. **Brasil Escola: Meu artigo**. São Paulo, 14 de junho de 2020. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilestola.uol.com.br/educacao/a-escola-uma-ideia.htm>> Acesso em: 14 de jun. de 2020.

A HISTÓRIA, **Prefeitura Municipal de Tuparendi**, Tuparendi, 28 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.tuparendi.rs.gov.br/site/conteudos/423-a-historia>>. Acesso em: 28 de mai. de 2020.

ALBUQUERQUE, R. C. **Educação e modernidade no Brasil**. In: FÓRUM NACIONAL AS BASES DO DESENVOLVIMENTO MODERNO, 5., 1993, São Paulo. Anais... São Paulo: Nobel, 1993.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. Moderna, São Paulo, 1996.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Lei n. 10.748/2003. Criou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE.

BRASIL. Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005. Instituiu o Programa Nacional de Inclusões de Jovens – ProJovem.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em [.http://portal.mec.gov.br/](http://portal.mec.gov.br/)

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>

CASTILHO, Sylvia Amélia Giraldi. A Formação do Perfil do Professor do Século XXI. **LINS** – São Paulo, 2009.

COMO surgiu: Enem, Sisu, Prouni e Fies. **Quero Bolsa**. São Paulo, 07 de fev. de 2019. Disponível em: <<https://querobolsa.com.br/revista/como-surgiu-enem-sisu-prouni-e-fies>>. Acesso em: 13 de mai. de 2020.

DEBERT, G. G. O desenvolvimento econômico acelerado no discurso paulista. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.8 s/p, 2004. Disponível em: <www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_08/rbcs08_04.htm>. Acesso em: 9 de nov.2009.

DIA D leva discussões sobre Base Nacional Comum Curricular para as escolas, **Secretária da Educação do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 28 de maio de 2020. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/dia-d-leva-discussoes-sobre-base-nacional-comum-curricular-para-as-escolas>>. Acesso em: 28 de mai. de 2020.

DILMA ROUSSEFF: Educação e Trabalho para o Futuro. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**. Rio de Janeiro, 20 de abr. de 2020. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dilma-rousseff-educacao-e-trabalho-para-o-futuro>>. Acesso em: 20 de abr. de 2020.

DINIZ , Sirley Nogueira de Faria. O uso das novas tecnologias em sala de aula. Florianópolis: Santa Catarina, 2001. Disponível em: <http://www.pucrs.br/ciencias/viali/doutorado/ptic/aulas/aula_2/187071.pdf> Acesso em: 14 de jun. de 2020.

FERNANDES, Fernanda. A história da educação feminina. **Multi Rio: A Mídia Educativa da Cidade**. Rio de Janeiro, 07 mar. de 2019. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educac%C3%A7%C3%A3o-feminina>>. Acesso em 28 de mai. de 2020.

FONSECA, Bianca Trindade. Reflexões acerca da Educação Durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). **Brasil Escola**. 08 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://monografias.brasile scola.uol.com.br/educacao/reflexoes-acerca-educacao-durante-ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 08 de abr. de 2020.

GHIRALDELLI, Paulo, História da Educação. São Paulo: Cortes, 2000.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Constituição histórica da educação no Brasil. 1º edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

GOVERNO Dilma Rousseff. **Cola da Web**. São Paulo, 18 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/governo-dilma-rousseff>>. Acesso em 18 de mai. de 2020.

HAGE, S.M. Escolas Multisseriadas. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

LIBÂNEO, J. C. Alguns aspectos da política educacional do governo Lula e sua repercussão no funcionamento das escolas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.32,p.168-178, dez.2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora?: Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.

LOURENÇO FILHO, M. B. Situação do ensino primário. Introdução ao volume Situação Geral do Ensino Primário publicado pelo Instituto nacional de Estudos Pedagógicos, em agosto de 1941. LF/Pi 41.08.00. CPDOC/FGV.

MACIEL, F. I. P.; SILVA FRADE, I. C. A. Cartilhas de alfabetização e nacionalismo. In: PERES, E.; TAMBARA, E. (Orgs.). **Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX-XX)**. Pelotas: Editora Seiva, p.27-51, 2003.

MARAGON, C.; LIMA, E. Os novos pensadores da educação. **Nova escola**. São Paulo, n. 154, p. 18-25, ago. 2002.

Ministério da Educação (MEC); Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE). O Plano Municipal de Educação. **Caderno de Orientações**. 2014.

Ministério da Educação (MEC); Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. Padrões de Infra-estrutura para as Instituições de Educação Infantil e Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil. **Documento Preliminar**. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências, 16 de maio de 2020. Disponível em: <[file:///C:/Users/Eduarda/Downloads/19491-70742-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Eduarda/Downloads/19491-70742-1-PB%20(1).pdf)> Acesso em: 16 de mai. de 2020.

OLIVEIRA, Marcos Marques, *As Origens da Educação no Brasil Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino*. Rio de Janeiro: Ensaio: aval. pol. públ. Educ, 2004.

ORTEGA, Grazielle. *Formação de professores: Como prepará-los para o ensino do século 21?*, nov. de 2018.

PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

POLÍTICAS Educacionais para Educação Básica no Governo de Luiz I. Lula da Silva. **Portal Educação**. São Paulo, 20 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/medicina/politicas-educacionais-para-educacao-basica-no-governo-de-luiz-i-lula-da-silva/43199>>. Acesso em: 20 de abr. de 2020.

PROFESSOR, Profissão Insubstituível. **Blog Cris Bortolossi**. São Paulo, 1º de junho de 2015. Disponível em: <<https://crisbortolossi.wordpress.com/2015/06/01/professor-profissao-insubstituivel/>> Acesso em: 14 de jun. de 2020.

RAMOS, Fábio Pestana. *Para entender a história...Blogger*, 27 de maio de 2011. Disponível em: <<http://fabiopestanaramos.blogspot.com/2011/06/educacao-no-brasil-na-primeira-metade.html>> Acesso em: 08 de abr. de 2020.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: A Organização Escolar*. Campinas: Autores Associados, 2000.

ROSA, Juliano de Melo. *As vozes de um mesmo tempo: a educação física institucionalizada no período da Ditadura Militar em Cacequi*. **Dissertação de Mestrado em Educação/UFSM**. Santa Maria: UFSM, 2006.

SANTOS, Marcos Pereira. *Alfabetização escolar no Brasil das décadas de 1970 e 1980: conceituação, historicização e processos metodológicos*. **Professor News**, São Paulo, 21 de mar. de 2014. Disponível em: <<https://www.professornews.com.br/utilidades/artigos/5699-alfabetizacao-escolar-no-brasil-das-decadas-de-1970-e-1980-conceituacao-historicizacao-e-processos-metodologicos.html>>. Acesso em 26 de mai. de 2020.

SINGER, André. *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. **Novos Estudos**. CEBRAP. N. 85, 2009.

SOUSA, Rafaela. *Educação*. **Brasil Escola**. 08 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/educacao>>. Acesso em: 08 de abr. de 2020.

VEIGA, Ilma Passos (coord.). *Repensando a Didática*. Campinas: Papirus, 1989.

WALDOW, C. *As Políticas Educacionais Do Governo Dilma, a Formação para Trabalho e a Questão do Pronatec: Reflexões Iniciais*, out. de 2014.

XAVIER, M. E. S. P. Poder político e educação de elite. São Paulo: Cortez, 1980.